



RESISTIR, LUTAR E CONQUISTAR
(1993-2013)

1993-2013 - MAIS DUAS DÉCADAS ORGANIZANDO OS BANCÁRIOS

As profundas transformações pelas quais a sociedade em geral e o mundo do trabalho em particular passaram nos últimos 20 anos colocaram o Sindicato diante de um cenário complexo e desafiador. Neste capítulo, abordaremos as principais ações da entidade para manter sua forte representatividade junto à categoria, relacionando-as com os principais acontecimentos da história política, social e econômica do país.

Veremos um Sindicato criativo e atuante que, reinventando suas

estratégias de mobilização, conseguiu assegurar direitos e avançar em conquistas para a categoria e, muitas vezes, para os trabalhadores em geral. Para isso, trataremos de cada uma das campanhas salariais desse período e as contribuições que trouxeram à Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, conquista principal da categoria, símbolo maior de sua força e unidade nos últimos 20 anos.

Na sequência, evidenciando a fundamental importância das organizações dos trabalhadores para

os debates sociais, acompanharemos a atuação do Sindicato em relação a um conjunto de temas que se constituíram como significativas frentes de luta para a categoria, a classe trabalhadora e a sociedade brasileira. Emprego, distribuição de renda, legislação trabalhista, privatização, terceirização, justiça tributária, redução das taxas de juros, segurança bancária, saúde, igualdade de oportunidades, entre outras temáticas, exigiram do Sindicato um variado repertório de ações que enriqueceram a vida pública e fortaleceram a democracia brasileira ■



■ O Sindicato vem se defrontando com a forte repressão dos bancos, que se valem de diversos recursos para criminalizar a atuação das organizações dos trabalhadores

1993-2002: A ERA DA RESISTÊNCIA

Em 1992, com a criação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) válida para todo o país, o movimento sindical bancário coroava uma longa trajetória de unificação nacional da categoria que havia sido retomada em fins dos anos 1970 com a emergência do “novo sindicalismo”. Atravessado por movimentos de massa, greves memoráveis e extraordinário fortalecimento das organizações dos trabalhadores, a partir de 1993 este processo sofreria fortes refluxos na medida em que importantes componentes que o haviam viabilizado passaram a ser solapados.

A intensificação de diversas mudanças no setor financeiro e a hegemonia neoliberal na política brasileira fomentaram demissões, terceirizações, privatizações, “flexibilização” das leis trabalhistas e um governo federal pouco aberto à negociação com os trabalhadores. Desenhava-se, no Brasil, um cenário de degradação do mundo do trabalho que atingia não apenas o setor privado, mas também o setor público.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), especialmente, os trabalhadores e suas organizações foram lançados em uma posição defensiva, em que a manutenção de direitos já se

mostrava enorme conquista. A venda dos bancos públicos estaduais e o isolamento político a que governo federal submeteu os trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram duros golpes sobre o potencial de mobilização e luta da categoria. Ainda que o percentual de bancários sindicalizados tenha se mantido bastante elevado, os números absolutos sofreram grandes reduções em todo o Brasil. Em um contexto de perda de ativistas, reunir centenas de trabalhadores em uma assembleia ou realizar uma greve geral da categoria passaram a ser tarefas das mais complexas, levando os sindicatos a desenvolver novas formas de organização e mobilização.

Apesar de tantas dificuldades, o período 1993-2002 foi também de conquistas. A maior delas foi, provavelmente, a manutenção da CCT. Em uma conjuntura em que as práticas da negociação coletiva sofreram, no Brasil, uma notável descentralização, ganhando espaços os acordos por empresa, a CCT nacional dos bancários era um caso único. Ela servia tanto de referência para as lutas do presente como de horizonte para o qual deveriam convergir as ações para a reunificação da categoria.

Outras vitórias se deram em reivindicações que passaram a integrar a pauta dos bancários

brasileiros. Temas como Participação nos Lucros e Resultados (PLR), igualdade de oportunidades, saúde e condições de trabalho, entre outros, foram devidamente reformulados a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Finalmente, esse período viu ganhar força a concepção do “sindicalismo cidadão”, que, considerando as múltiplas inserções sociais dos trabalhadores, ampliou os espaços de atuação sindical.

Políticas neoliberais esvaziaram o Estado de seu papel de provedor dos serviços sociais básicos e de políticas públicas de desenvolvimento geral e setorial. Entidades sindicais, principalmente as filiadas à CUT, em articulação com outras organizações da sociedade e organismos do próprio Estado, empenharam-se em promover políticas públicas e articular formas de pressão junto aos governos estadual e federal, entre outras iniciativas.

Nesse cenário de devastação e conquistas, o Sindicato colocou-se como um protagonista nacional. Foi agente propulsor de ações que (re)inventaram o movimento sindical dos bancários, tornando possível a resistência e, até mesmo, alguns avanços. Retomando as campanhas salariais do período 1993-2002, conheceremos alguns dos momentos decisivos desse processo. ■

1993 - LUTAS LOCAIS ASSEGURAM CONQUISTA NACIONAL

Apesar dos 2.489% de inflação anual registrados em 1993 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sindicato teve que empreender grandes esforços para envolver os bancários na campanha salarial. No restante do Brasil, o engajamento mostrava-se ainda mais difícil. Não era para menos. Desemprego crescente e arrocho salarial induzido pelo governo federal destacavam-se em uma conjuntura hostil às reivindicações dos trabalhadores e que, nos anos seguintes, iria ganhar contornos mais nítidos e dramáticos.

Em julho, quando os bancários iniciavam sua campanha salarial, o presidente Itamar Franco e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciaram a implantação de uma nova moeda, o Cruzeiro Real. Tendo na memória os fracassados planos econômicos dos anos anteriores e o acelerado aumento dos preços desde janeiro, o Sindicato priorizou a defesa da renda dos trabalhadores, reivindicando o reajuste mensal dos salários pela inflação integral e a elevação do piso salarial. Propostas para garantir e aumentar os empregos, como a ampliação do horário de atendimento bancário para o período das 9 às 17 horas (com a implantação de dois turnos de trabalho), ganharam, também, destaque. Tais demandas emergiram de uma ampla consulta promovida pelo Sindicato.



Em clima de festa, primeira passeata da campanha salarial toma as ruas do centro de São Paulo

Em um processo liderado pela CNB/CUT, os dirigentes sindicais empenharam-se, desde o princípio, para avançar em uma campanha salarial nacional e unificada, buscando consolidar a CCT assinada em 1992 (leia mais na pág. 90). Exigia-se, como prioridade, o pagamento da gratificação semestral para todos os 695 mil bancários do país, com base no balanço semestral dos bancos. Entretanto, o governo federal frustrou essas expectativas ao manter o Banco do Brasil e a CEF praticamente à parte das negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que representava as instituições financeiras privadas.

Os banqueiros negaram todas as reivindicações, levando a categoria à organização da greve nacional. Todavia, em 14 de setembro, o

Comando Nacional avaliou que somente em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro a mobilização poderia deslanchar. A Fenaban fez uma proposta de elevação dos pisos de escriturário e caixa a Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato, levando os 2 mil presentes em assembleia a adiarem o início da greve. Entretanto, no dia seguinte, em nota oficial, a Fenaban, devido a discordâncias internas, negou que tivesse feito qualquer proposta. A diretoria do Sindicato decidiu responder à atitude "antiética" dos banqueiros com uma greve. Como as realidades dos vários bancos eram diferentes, optou-se por um processo de mobilização que se iniciaria pelos bancos mais organizados e iria contagiando outras instituições.

Em 29 de setembro, a greve começa pelos bancos Real, Mercantil-Finasa



Diante da intransigência dos banqueiros, os milhares de presentes no Encontro Nacional dos Bancários aprovam indicativo de greve



Ao centro da mesa, Ricardo Berzoini, presidente da CNB/CUT, entidade que se consolida como representante da categoria nas negociações com a Fenaban

e Nossa Caixa. Nos dias seguintes, os dois primeiros bancos fazem propostas aos grevistas. Temendo a generalização do movimento, em 6 de outubro a Fenaban estende a oferta para os bancários de todo o país.

Ainda que não tenham obtido o reajuste mensal pela inflação integral, os bancários conquistaram,

com a elevação dos pisos de caixas e escriturários, aumento real (37% e 24%, respectivamente) superior ao que qualquer categoria havia obtido nos últimos anos. Por meio de paralisações por empresa, os bancários de São Paulo obtiveram uma vitória que redundou em ganhos para trabalhadores do setor em todo o país, reiterando



Cartaz da campanha salarial



Tropa de choque posta-se diante da entrada do Banco Econômico, na Avenida Paulista

a importância do fortalecimento da CCT. Por sua vez, os trabalhadores de BB e CEF, cujo negociador arbitrariamente definido pelo governo era a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), mantiveram negociações separadas e não obtiveram o que se conquistou junto à Fenaban. Tal isolamento, decorrente de orientação política do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, aumentaria nos próximos anos, tendo graves repercussões negativas para a categoria. ■

1994 - COM CRIATIVIDADE, A CONQUISTA DE UM NOVO DIREITO: A CESTA-ALIMENTAÇÃO

Na campanha salarial, a preocupação central do Sindicato continuou sendo a luta contra os impactos da inflação, que no primeiro semestre havia chegado a cerca de 50% ao mês, sobre os salários dos trabalhadores. Reivindicava-se o reajuste mensal automático com base no Índice do Custo de Vida (ICV-Dieese) e a reposição integral da inflação do ano anterior.

Denunciava-se que, na mudança do Cruzeiro Real para o Real, os trabalhadores sofreram um duro golpe em seu poder de compra: enquanto seus salários foram convertidos para a nova moeda pela média de alguns meses arbitrariamente definidos, os preços das mercadorias tiveram como referência para a conversão seu último valor. Isso redundou em distorções absurdas. Se, em setembro de 1993, o piso de um caixa comprava 6,26 cestas básicas, um ano depois, obtinha-se apenas 3,4. Além desse tema central, outros apresentados em 1993 voltaram à cena. Alguns com grande destaque, como a defesa da Nossa Caixa e do Banespa, que sofreria intervenção federal em dezembro de 1994.

Para envolver os trabalhadores de sua base nas mobilizações, o Sindicato valeu-se de uma novidade: as paralisações-surpresa, batizadas de "Kinder Ovo", nome de um chocolate de formato



■ "Kinder Ovo" na matriz da Nossa Caixa. A tática inspiraria diversas outras categorias

oval, popular entre as crianças por trazer um brinquedo como surpresa em seu interior. Quase todos os dias, atrasava-se a entrada em um local de trabalho ou paralisava-se uma unidade e realizava-se uma assembleia. A cada dia, uma instituição financeira era priorizada. Os dirigentes sindicais avaliavam que, para superar a repressão dos bancos, era necessário levar as assembleias aos locais de trabalho. Em vez de uma assembleia com centenas de pessoas, seriam realizadas várias, das quais participariam milhares de trabalhadores.

A tática fez sucesso e revelou-se importante mecanismo de pressão sobre os banqueiros, que se



■ Paralisação-surpresa ("Kinder Ovo") inova na mobilização da categoria

mostravam especialmente intransigentes. A Fenaban chegou a entrar com um pedido de ajuizamento de dissídio no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Atitude idêntica à adotada por BB e CEF, que recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Avaliando que o chamado para uma greve geral encontrava pouca adesão,



o Sindicato intensificou as paralisações "Kinder Ovo" para obter uma melhor proposta da Fenaban, que foi feita em 23 de outubro e aprovada em assembleia dois dias depois.

Em um ano em que os trabalhadores brasileiros sofreram incontáveis reveses, os bancários conquistaram, além de um reajuste salarial de 16% e do pagamento de adicional para os bancários demitidos sem justa causa, um novo direito que passaria a integrar a CCT: a cesta-alimentação. Em um contexto de forte inflação dos preços dos alimentos, a cesta-alimentação recompunha significativamente a renda dos bancários. Os trabalhadores do BB e da CEF foram excluídos dessa conquista. Isolados pelo governo federal, com a ajuda da Contec, eles receberam somente 11,87% de reajuste salarial.■



■ Em protesto contra o desemprego, os bancários afixaram cruces no Vale do Anhangabaú



■ Ricardo Berzoini, presidente do Sindicato, discursa em marcha promovida pela CUT por emprego e salário



■ Adesivo da campanha salarial

1995 - A CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Mal o ano havia começado e o Sindicato iniciou uma campanha salarial de emergência. Como havia sido estabelecido no acordo de 1994, banqueiros e bancários voltariam a negociar em fevereiro, tendo mais claro o cenário pós-plano econômico. Para os trabalhadores, era evidente que a implantação do Real trouxera perdas relevantes. Após negociações com a Fenaban, os trabalhadores de bancos privados conquistaram um reajuste de 8% a partir de março de 1995.

Apesar do aumento acumulado pós-Real chegar a 25,28%, ainda mantinha-se, segundo o ICV-Dieese, uma defasagem de 8,52% em relação a setembro. Entretanto, considerando-se o que o governo federal reservava para os trabalhadores brasileiros em 1995, a conquista dos bancários ganhava enormes proporções. O recém-empossado presidente Fernando Henrique Cardoso desestimulou a reposição integral da inflação e se recusou a negociar com o movimento sindical. Em maio, durante a greve dos petroleiros, o governo federal conduziu a situação a um impasse que culminou na ocupação pelo Exército de quatro refinarias. Para os empresários, o governo revelou sua face generosa. Às dificuldades enfrentadas pelos banqueiros, ele responderia, a partir de fins de 1995, com os bilhões de reais do Proer.

Em agosto, intensificaram-se as ações da campanha salarial nacional dos bancários. Diante do crescimento do



■ A famosa Banda do Peru agita atividade sindical na porta dos bancos

lucro dos bancos, o estabelecimento de fórmulas e critérios básicos para o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) destacou-se entre as reivindicações. Novamente, o envolvimento dos trabalhadores nas mobilizações impõe-se como um desafio ao Sindicato. As diversas mudanças no sistema financeiro fomentavam um clima de insegurança na categoria, que se consolidava e expandia à medida que instituições, como o BB, implementavam seus programas de demissão voluntária. Assim, na assembleia que recusou a primeira proposta da Fenaban, em 23 de agosto, apenas 200 bancários estavam presentes. Por isso, retomaram-se as paralisações-surpresa de 1994 e outras formas de mobilização.

Os esforços do Sindicato foram coroados com a participação de 25.886 bancários no plebiscito que decidiu pela aprovação da segunda proposta da



■ Ricardo Berzoini, presidente do Sindicato, discursando em assembleia da campanha salarial

Fenaban. Decisão ratificada por assembleia em 4 de outubro. Em um cenário bastante desfavorável, os bancários obtiveram aumento real de 3,34% a 6,29% com base no INPC-IBGE e o fornecimento de vale-alimentação às bancárias em período de licença-maternidade.

Entretanto, a maior conquista de 1995 foi a PLR para os trabalhadores dos bancos privados e boa parte dos estaduais. Os bancários tornavam-se a primeira categoria do país a tê-la incluída



■ Em criativa manifestação nas ruas de Osasco, o Sindicato promove "juízo" dos banqueiros, acusados de prática extorsiva de juros, enriquecimento ilícito e superexploração dos trabalhadores

como cláusula na CCT. Sob diversos nomes, muitos bancários já recebiam algum tipo de participação nos lucros e resultados dos bancos. Todavia, os critérios de pagamentos eram definidos arbitrariamente por cada instituição. A partir de agora, a PLR passava a ser um direito e suas regras de pagamento deveriam ser claramente acordadas em negociações com as organizações sindicais. Em 1995, chegou-se à fórmula de 72% do salário mais uma parcela fixa de R\$ 200.

Ameaçados e isolados pelo governo federal, os trabalhadores do BB e da CEF tentaram resistir. No primeiro, realizou-se paralisação de 24 horas. Na CEF, deflagrou-se uma greve nacional que duraria 12 dias e contaria com grande adesão em São Paulo. Apesar disso, os dois bancos mantiveram-se intransigentes e concederam reajuste inferior ao firmado com a Fenaban. No caso do BB, mais uma vez, a negociação foi substituída por decisão do TST. Para os trabalhadores dos bancos públicos federais, o ano de 1995 terminava com sabor amargo. ■



■ Num ano em que a mão de ferro do governo abateu-se sobre os trabalhadores do setor público, bancários da Caixa Econômica Federal ousam e vão à greve



■ Cartaz da campanha salarial

1996 - A PRIMEIRA GREVE DA CATEGORIA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO REAL

A pauta de reivindicações da campanha salarial nacional, em 1996, trouxe importantes novidades. Sobre a PLR, propunha-se a divisão (proporcional ao salário) de 25% do lucro bruto das empresas entre os funcionários. Como prioridade, apontava-se a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos de qualificação dos trabalhadores para reduzir os grandes impactos das transformações, especialmente tecnológicas, pelas quais passava o setor. Além disso, avançava-se em terrenos incipientes com a proposta de formação de comissão bipartite para debater as formas existentes de remuneração variável e elaborar propostas mais adequadas, justas e que coibissem discriminações. Temas já consolidados, como as lutas pela manutenção dos benefícios a todos os afastados por problemas de saúde e contra as terceirizações, também se destacaram.

Valendo-se de um plantão telefônico 24 horas, caixas de som distribuídas pelo centro da cidade que reproduziam a leitura da *Folha Bancária*, boletins diários em rádios da capital, distribuição de cartilhas aos clientes sobre a liberação das tarifas bancárias e, até mesmo, de anúncio televisivo, no intervalo do *Jornal Nacional* da Rede Globo, o Sindicato desenvolveu uma contagiante e abrangente "ofensiva comunicacional".

Empreendiam-se, ao mesmo tempo, ações em diversos outros âmbitos.



■ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), retribuindo a crescente solidariedade que vinha recebendo, participa da campanha salarial dos bancários, como fizera em anos anteriores

As paralisações-surpresa, sobretudo nos centros administrativos, áreas mais sensíveis dos bancos, cresceram em importância. Em audiência com o vice-presidente, Marco Maciel, o presidente do Sindicato, Ricardo Berzoini, o secretário-geral da CUT, João Vaccari, e o presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antonio Carlos Spis, questionaram a péssima postura que vinha sendo adotada nas negociações com os trabalhadores de empresas estatais.

Apesar do amplo esforço de negociação do Sindicato, os banqueiros e o governo federal mantiveram-se intransigentes, levando a categoria à greve iniciada em 26 de setembro. Além das habituais ameaças das chefias para forçar a adesão dos bancários aos

contingenciamentos, em 1996 uma nova forma de limitar o legítimo direito de greve passou a ser usada pelos bancos contra o Sindicato: o recurso jurídico aos interditos proibitórios (*leia mais na pág. 115*). Era evidente a intenção dos banqueiros de se aproveitar de uma manobra jurídica para acabar com as paralisações-surpresa promovidas pelo Sindicato nos locais de trabalho e que obtinham cada vez mais adesão dos trabalhadores. As novas estratégias de mobilização do Sindicato ampliavam o engajamento dos trabalhadores, o que pareceu inaceitável aos banqueiros.

Com grande empenho, os bancários conseguiram sustentar a paralisação coletiva do trabalho por nove dias. Em 4 de outubro, aprovaram a proposta da Fenaban que assegurou



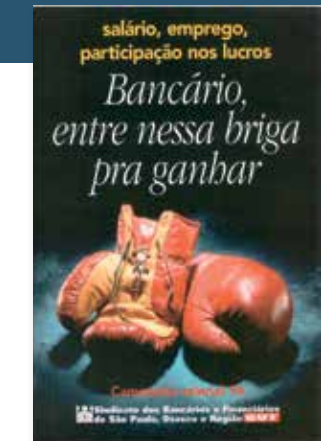
■ Em "Kinder Ovo" gigante, 2 mil bancários no centro da cidade fazem assembleia, recusam a proposta dos banqueiros e aprovam indicativo de greve



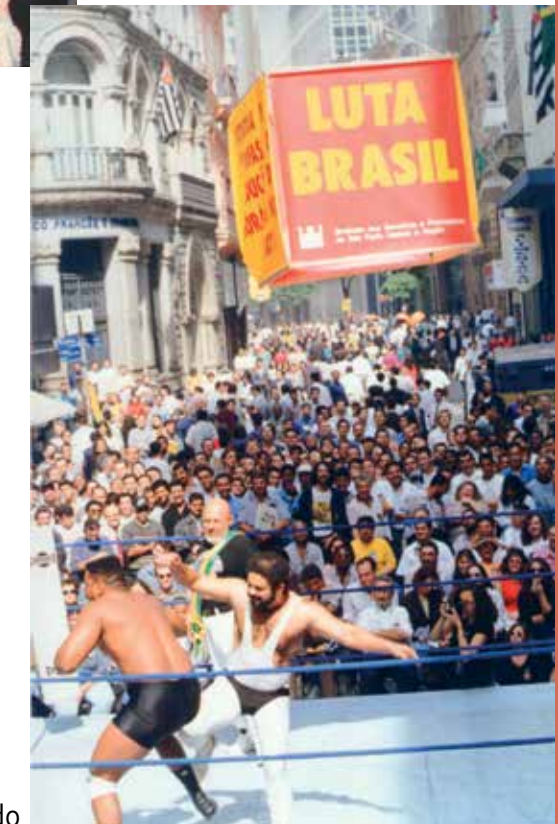
■ Em um dos primeiros interditos proibitórios, policiais cercam agência para impedir a aproximação de sindicalistas e grevistas

PLR de 60% do salário + R\$ 270, reajuste salarial e um abono de 45% do salário. Mais uma vez, os trabalhadores do BB e da CEF foram isolados das negociações com a Fenaban. Em 16 de setembro, os funcionários da CEF iniciaram um movimento grevista, que logo foi suspenso devido à baixa adesão, resultante, em boa medida, do programa de demissão voluntária que estava sendo implementado no banco.

O fechamento dos canais de negociação era tão acentuado que somente em outubro de 1997 os bancários da CEF assinaram o acordo coletivo referente ao ano anterior. Assim como os trabalhadores do BB, eles receberam reajuste zero e abono salarial. Apesar da exclusão dos bancos públicos federais, a campanha salarial de 1996 redundou em significativos ganhos para o fortalecimento da CCT. Naquele



■ Cartaz da campanha salarial



■ Com grande repercussão na mídia, o Sindicato lança a campanha salarial em evento que reuniu os "Gigantes do Ringue", no combate em que se enfrentaram: Sir Cash Grana, Mister Many Money, Ganância Cobracaro e Yamassa Sosi Ferra

momento, 70% dos trabalhadores da base do Sindicato passaram a ser por ela abrangidos. ■

1997 - RESISTIR É PRECISO: A TOMADA DA CIDADE DE DEUS, MATRIZ DO BRADESCO

Em um ano marcado pelo agravamento da "flexibilização" das relações de trabalho, patrocinado pelo governo federal, e intensificação de demissões em todo o país, os bancários puseram em marcha sua campanha salarial. A obtenção de uma PLR mais justa e com regras bem definidas torna-se um eixo prioritário. Reivindicava-se, por exemplo, que os programas de resultados dos bancos não fossem descontados da PLR. Nesse sentido, o Sindicato optou por falar apenas em "PL" (participação nos lucros). Para os trabalhadores do BB e da CEF, a reposição das perdas acumuladas era o tema mais importante.

Criando novas formas de envolvimento dos bancários na campanha salarial e recorrendo às paralisações-assembleias nos locais de trabalho, neste ano batizadas de "A Indomada", e às manifestações, o Sindicato promoveu três meses de mobilizações que culminaram na paralisação da Cidade de Deus, matriz do Bradesco. Para o êxito desta ação, que não se via desde 1983, colaboraram 1.200 sindicalistas de todo o Brasil que participavam, na capital paulista, do Encontro Nacional dos Bancários. Dois dias depois, em 26 de outubro, os banqueiros fizeram, após 41 dias de silêncio, uma nova proposta, que foi aceita pelos bancários.

No começo da campanha salarial,



Apesar da crescente repressão policial, a tática "Kinder Ovo" obtém adesão dos trabalhadores



Mais de mil sindicalistas de todo o Brasil pararam a Cidade de Deus, matriz do Bradesco, pela primeira vez desde 1983

aproveitando-se do contexto desfavorável aos trabalhadores, os banqueiros, além de sugerirem a eliminação de direitos, como o anuênio, ofereceram reajuste inferior à inflação. Devido à

mobilização, a Fenaban foi obrigada a propor reajuste salarial, uma PLR maior (80% do salário + R\$ 300), com pagamento semestral, e recuar em seus outros intentos. Obteve-se, ainda, a complementação salarial



Teatro de rua divulga a campanha salarial para a categoria e a população em geral



Adesivo da campanha salarial



Ativistas e dirigentes do Sindicato e da Fetec/CUT-SP entregam, na Fenaban, 4 mil cartões-postais escritos pelos bancários aos banqueiros

para os afastados por doença ou acidentes. Os trabalhadores do BB e da CEF não conquistaram reajuste salarial, apenas abono. Por outro lado, obtiveram estabilidade no emprego até agosto de 1998. Significativa vitória em um quadro de adversidades no qual, por exemplo, o BB, mais uma vez, trocou a mesa de negociação pelas decisões do TST. ■



1998 - EM DEFESA DA JORNADA DE 6 HORAS PARA TODOS OS BANCÁRIOS

Na ampla consulta realizada junto à categoria para definir a pauta de reivindicações da campanha salarial em 1998, a garantia de emprego ganhou relevo. Entre os trabalhadores da CEF e do BB, priorizava-se a reposição das perdas salariais dos períodos anteriores. Nesse ano, ao lado de temas habituais, apareceu, com destaque, a luta por isonomia de tratamento e o combate ao preconceito de gênero, raça e orientação sexual, o que indicava a consolidação de importantes mudanças na atuação do Sindicato (leia mais nas págs. 124-128).

A queda da inflação havia tirado o principal elemento de visibilidade da entidade, as campanhas por reposições expressivas de salário, mas possibilitou uma presença muito forte no dia a dia da categoria. Temas como as várias formas de discriminação nos locais de trabalho ou a política de saúde dos trabalhadores receberam atenção renovada, estimulando diversas campanhas específicas. Isso sem falar em questões, como a PLR, que demandavam novos conhecimentos dos dirigentes.

No esforço para envolver os bancários nas mobilizações da campanha salarial, o Sindicato recorreu ao variado e criativo repertório de ações que se gestara nos anos anteriores. Diante da intransigência dos banqueiros, que chegaram a propor reajuste zero, a campanha salarial



Assembleia nas ruas do centro de São Paulo reúne milhares de bancários

teve momentos dramáticos, como a vigília de 12 horas de diretores do Sindicato que se recusaram a deixar a sala de reuniões da Fenaban até que fosse feita uma proposta melhor.

Os trabalhadores do BB e da CEF deflagraram paralisações nacionais, porém a adesão foi pequena. Para que se resolvesse o impasse das negociações junto aos bancos públicos, a CNB/CUT e representantes de vários sindicatos pressionaram parlamentares. Quando tudo parecia encaminhar para uma greve da categoria, a Fenaban apresentou uma nova proposta em 17 de novembro.

Em mais uma longa e desgastante campanha salarial, os banqueiros

retardaram ao máximo qualquer oferta e tentaram impedir a mobilização dos trabalhadores recorrendo a interditos proibitórios. Aproveitando-se da crise financeira internacional, que se iniciara em 1997, no Sudeste Asiático, os banqueiros pretenderam eliminar direitos, como o anuênio e a jornada de 6 horas para os comissionados.

Sindicalistas bancários de todo o país participaram ativamente da campanha salarial em São Paulo. Isso tornou possível manter os direitos e a conquista do abono de R\$ 700, do reajuste salarial e da PLR de 80% do salário + R\$ 300. Os trabalhadores do BB e da CEF procuraram unificar suas campanhas salariais. Rompendo com a política



Com sua tradicional "sardinhada", o Sindicato leva a campanha salarial aos locais de trabalho



"Operação quebra-gelo": o Sindicato vai às ruas para mobilizar a categoria contra o congelamento salarial proposto pelos banqueiros

O auxílio-educação para todos os bancários foi reivindicação constante ao longo dos anos 1990



CAMPANHA SALARIAL
1998



Cartaz da campanha salarial

1999 - O MESMO PRESIDENTE, A MESMA POLÍTICA: MAIS UM ANO DE REAJUSTE ZERO

Começando seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou o processo de privatizações, aumentando os rezeiros dos bancários do BB e da CEF, e dificultando a mobilização dos trabalhadores. Por outro lado, os tempos difíceis que os banqueiros alegavam que viveriam após a crise financeira internacional de 1998 não se confirmaram. Para o primeiro semestre de 1999, o Itaú, por exemplo, declarou lucro líquido de R\$ 1,094 bilhão, o maior já obtido por um banco brasileiro até então. A origem desse montante era evidente para o Sindicato. Cobrança extorsiva de tarifas, juros de agiota, filas e falta de segurança para os clientes. Excesso de trabalho, de horas extras, de demissões, terceirização e a mesma falta de segurança para os bancários. Tais elementos fomentaram a extensa e variada pauta de reivindicações que os bancários de todo o país apresentaram ao iniciar mais uma dura campanha salarial.

Diversas exigências relacionavam-se à manutenção e ao aumento dos empregos no setor: a elevação dos pisos salariais para inibir a rotatividade, a ampliação do horário de atendimento ao público, o reconhecimento da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para conter as demissões imotivadas etc. Com a crescente exigência de qualificação profissional por parte dos bancos, o



Parodiando campanha de marketing do Banco Itaú, que utilizava cenas do musical Hair, o Sindicato promove atos em agências

sempre presente tema do auxílio-educação para todos voltava a se destacar.

Avançando em seu propósito de representar outros trabalhadores do ramo financeiro e de lhes garantir mais direitos, o Sindicato reivindicava, também, a extensão da CCT dos bancários para todos os empregados em empresas prestadoras de serviços de crédito, de apoio ao crédito e promotoras de venda, e a garantia do enquadramento como bancários dos

empregados em empresas terceirizadas que realizam atividades ligadas ao sistema financeiro. Elaborando propostas mais detalhadas sobre temas levantados em campanhas anteriores, exigia-se, ainda, a extensão aos casais homoafetivos de todos os direitos desfrutados pelos heteroafetivos e a inserção de cláusula específica na CCT para combater o assédio sexual.

Mais uma vez, o Sindicato empreendeu uma notável "ofensiva



Com criatividade, o Sindicato leva as reivindicações da campanha salarial às portas de agências

comunicacional". Além da tradicional distribuição do *Jornal do Cliente* e da divulgação de boletins em rádios da capital, novas experiências, como a utilização de recursos da internet (*chats*), foram acionadas para esclarecer e debater as reivindicações dos bancários. Tudo isso acompanhado dos consolidados mutirões nas regionais e das paralisações seguidas de assembleias nos locais de trabalho. Apesar da crescente mobilização, a Fenaban permaneceu 40 dias em silêncio entre a primeira e a segunda proposta, que foi aprovada em 28 de outubro. Os trabalhadores do Banespa, da CEF e do BB continuaram pressionando com paralisações, uma vez que lhes foi "ofertado" o congelamento salarial.

No acordo com a Fenaban, a categoria obteve reposição da inflação, PLR de 80% do salário + R\$ 400 e a garantia de discussão do tema igualdade de oportunidades após a assinatura da CCT. Os

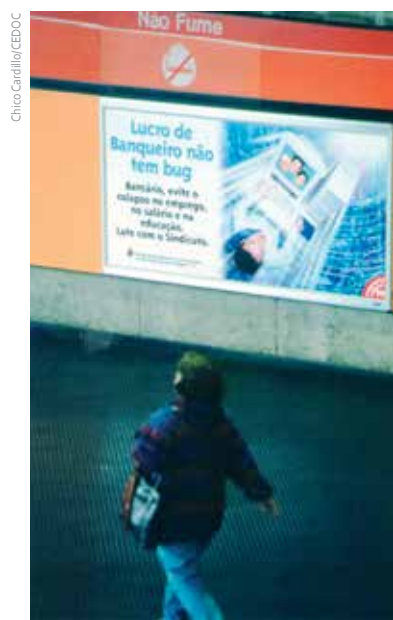


Com larga distribuição do *Jornal do Cliente*, o Sindicato esclarece a campanha salarial para os usuários dos bancos

banespianos, por sua vez, asseguraram as cláusulas econômicas conquistadas junto à Fenaban e recuperaram integralmente o acordo coletivo, não assinado desde 1997 porque o banco insistia em eliminar direitos. No BB e



Marcador de página de livro com os temas da campanha salarial



Outdoor em estação do metrô divulga a campanha salarial para a população

na CEF, a Contec levou a campanha dos trabalhadores a dissídio no TST, que definiu o pagamento de abono linear de R\$ 2.500. Além disso, os trabalhadores do BB perderam o anuênio. ■

2000 - EM MEIO A DERROTAS, A CONQUISTA DA CLÁUSULA SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Do início ao fim, o ano de 2000 foi marcado por grandes derrotas para os bancários em geral e os de São Paulo em particular. Em fevereiro, a diretoria da CEF baixou a norma RH 008 que autorizava a demissão sem justa causa de funcionários, evidenciando as intenções do banco de reduzir o quadro de empregados. Em fins de novembro, depois de seis anos de intensa luta contra a privatização, o Banespa foi vendido ao Santander (leia mais na pág. 100).

A conjuntura ainda muito desfavorável aos trabalhadores, entretanto, não impediu os bancários de levarem uma extensa e variada pauta de reivindicações à mesa de negociações. Evidentemente, na campanha salarial, a defesa dos bancos públicos assumia centralidade. Mas também reivindicações vinculadas aos temas saúde e igualdade de oportunidades tornavam-se cada vez mais detalhadas. Exigências como a implementação do programa de prevenção e acompanhamento de Lesões por Esforço Repetitivo (LER), que havia sido criado pela comissão paritária de bancários e banqueiros, e a inclusão dos maridos como dependentes de suas esposas bancárias, eram claramente elaboradas e imediatamente aplicáveis.

Uma criativa novidade da campanha salarial foram as paralisações breves nos locais de trabalho, batizadas de



■ Categoria faz passeata pelas ruas do centro de São Paulo

Operação Dá Um Tempo. A esses pequenos e dispersos atos, somaram-se grandes eventos, como o Encontro Nacional do Banespa, que reuniu mais de 7 mil pessoas no ginásio do Canindé, em São Paulo.

Os banespianos, diante da recusa do banco em renovar integralmente o acordo coletivo dos funcionários, fizeram uma forte greve de dez dias. Com isso, conquistaram abono de R\$ 3.000 e garantiram o repasse do reajuste que fosse acertado com a Fenaban, inclusive na PLR, e renovação das cláusulas do acordo coletivo, com exceção da garantia no emprego. Os trabalhadores do BB romperam a política de reajuste zero e obtiveram 1,7% + abono. Com a Fenaban, após dois meses e meio de negociações, obteve-se PLR de 80% do salário + R\$ 450 e reajuste salarial.



■ João Vaccari (segundo a partir da esquerda), presidente do Sindicato, e outros representantes da categoria em mesa de negociação com a Fenaban

Surfando na onda neoliberal, os banqueiros vinham tentando eliminar direitos, em especial a jornada de 6 horas e o anuênio. Temas que o Sindicato jamais aceitou negociar. Entretanto, quando os banqueiros propuseram a troca do anuênio por uma indenização, muitos bancários, premidos por dificuldades



■ Sindicalistas bancários de todo o Brasil participam da campanha salarial em São Paulo



econômicas, tenderam a aceitar a oferta, o que levou o Sindicato a propor a realização de um plebiscito. Os dirigentes sindicais empenharam suas energias na campanha "Bancário, vote NÃO. Entregar seu direito hoje é entregar seu emprego amanhã". Argumentavam que, se apenas parte dos bancários mantivesse o direito, estaria se estimulando a rotatividade no setor, visto que os bancos optariam por demitir aqueles que recebiam o anuênio para pagar menos aos que ingressavam na carreira. Além disso, no longo prazo, permanecer com o anuênio traria ganhos financeiros

muito superiores à indenização, uma vez que ele era cumulativo e incidia sobre todas as verbas trabalhistas. Mais a categoria pensava diferente: 61% dos que participaram do plebiscito aprovaram a inserção de uma cláusula na CCT que permitia aos bancários contratados até 21 de novembro "optarem" pela troca do anuênio por uma indenização. Para os que ingressassem na carreira, o direito não existiria mais. Mesmo com a perda dessa conquista de quase quatro décadas, a campanha se encerrou com a inclusão de cláusula inédita sobre igualdade de oportunidades na CCT. ■



■ Adesivo da campanha salarial



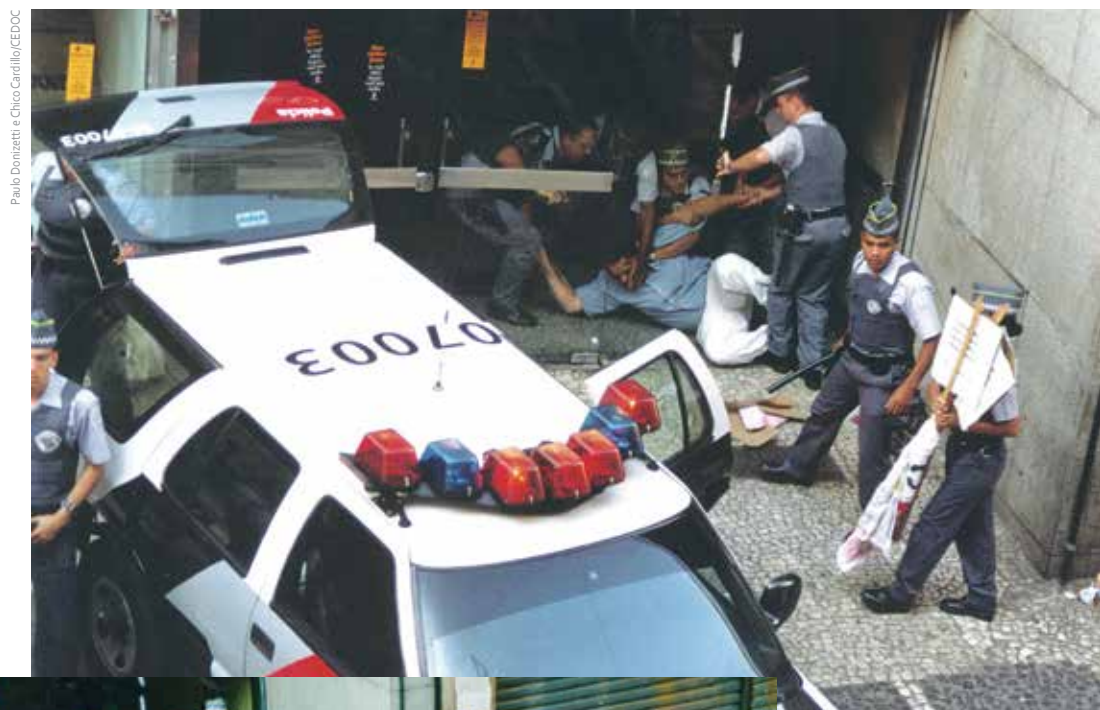
■ Cartaz sobre o plebiscito do anuênio. O Sindicato empenhou-se na luta contra a perda de direitos

2001 - GARANTINDO DIREITOS: A LUTA DOS BANESPIANOS, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

O ano de 2001 foi marcado pelas incertezas internacionais causadas pelos atentados ao World Trade Center, nos Estados Unidos, ocorrido em meio à campanha salarial dos bancários. Nesse ano, o Sindicato novamente levou adiante ampla consulta para saber dos bancários quais deveriam ser as reivindicações prioritárias da categoria. Entre os banespianos, a defesa dos direitos após a privatização do banco tomou a dianteira. Outra defesa importante era a da Nossa Caixa, apontada como próximo alvo das privatizações (leia mais na pág. 103). Por outro lado, reivindicações antigas mantinham o seu espaço: PL de 25% do lucro bruto dos bancos, auxílio-educação e convênio médico gratuito para todos os bancários.

Em termos de mobilização, ficou evidente que práticas bastante utilizadas pelos dirigentes e militantes sindicais desde 1994 integraram-se com sucesso à cultura política dos bancários e ganharam novas dimensões. As "Kinder Ovo", por exemplo, já se apoiavam nas organizações existentes nos locais de trabalho e eram previamente programadas e divulgadas em escala nacional. Os próprios bancários indicavam ao Sindicato os setores, especialmente nos centros administrativos, que, uma vez parados, trariam mais dificuldades ao funcionamento do sistema.

A campanha salarial de 2001 trouxe, também, novidades. Pelo telefone,



Em mais um ato de abuso de poder, policiais arrastam diretor do Sindicato para interior de agência e o espancam covardemente

os bancários tiveram acesso ao *disque notícia*, isto é, boletins de aproximadamente quatro minutos, com atualização diária, sobre a campanha e outras informações de interesse da categoria. Os trabalhadores puderam, ainda, enviar e-mails ao Sindicato manifestando suas opiniões sobre

as propostas da Fenaban. Por fim, na campanha salarial de 2001, realizou-se o dia internacional de luta dos funcionários do Banco Bilbao Vizcaya (BBV), importante marco da organização em nível global dos bancários, processo que ganharia cada vez mais importância nos anos seguintes.



Travessuras e paralisações. No Dia das Bruxas, banqueiros são "infernizados" no centro da capital

Os banespianos resistiram e asseguraram abono salarial, renovação de 85 cláusulas e a manutenção do patrocínio do banco para a Cabesp e o Banesprev por tempo indeterminado. Asseguraram, também, garantia de emprego por um ano, que, apesar de interrupções, seria renovada até 2006, e estabilidade pré-aposentadoria de 36 meses. Por outro lado, só receberiam reajuste salarial quando a inflação ultrapassasse 9,8%. Junto à Fenaban, a categoria obteve reajuste de 5,5% mais abono de R\$ 1.100 e PL de 80% do salário + R\$ 500. Pelo segundo ano consecutivo, os trabalhadores do BB conquistaram reajuste salarial (ainda que baixo) e, após sete anos, conseguiram a cesta-alimentação. Já na CEF, não se obteve reajuste salarial.

Em um contexto especialmente hostil aos bancários, é possível afirmar que os aproximadamente 100 mil trabalhadores da base do Sindicato lograram conter a eliminação de

direitos que se iniciara no ano anterior. A massiva participação dos banespianos, ainda que não tenha conseguido evitar todas as perdas, pode ser tomada como um símbolo da capacidade de luta e resistência dos trabalhadores na medida em que impediu o processo de demissão em massa ocorrido em outros bancos privatizados. ■



Maria Lúcia Mathias, diretora do Sindicato, discursa em assembleia com 5 mil banespianos. A privatização, realizada por FHC em 2000, forçaria milhares a aderir ao plano de demissão voluntária (PDV)



Cartazes da campanha salarial

O Sindicato realizava votações secretas nos locais de trabalho sobre as paralisações. Protegida dos "olhares" das chefias, reiteradas vezes a maioria dos bancários optou por aderir às mobilizações





■ Cartaz da campanha salarial

Ao final do oitavo e último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Sindicato não tinha dúvida de que somente a vitória de outro projeto político para o país estabeleceria uma correlação de forças mais favorável aos bancários e aos trabalhadores em geral. Sobretudo entre os empregados do BB e da CEF, a mesma avaliação predominava. Orientadas pelas decisões políticas do governo federal, as direções desses bancos haviam administrado as empresas com mão de ferro.

A reconstrução da unidade da categoria permeou toda a campanha salarial de 2002. Os trabalhadores do BB e da CEF reiteraram a prioridade de que esses bancos cumprissem integralmente a CCT. Os banespianos, potencializando as lutas dos trabalhadores do Grupo Santander, exigiam a unificação pelas cláusulas mais benéficas dos contratos de trabalho dos funcionários do Santander Banespa, Santander Brasil e Santander Meridional. Temas como a garantia de emprego e a defesa dos bancos públicos ocuparam os lugares que lhes eram sempre reservados.

■ 2002 - EM COMPASSO DE ESPERA, A CATEGORIA BUSCA A (RE)UNIFICAÇÃO



■ Novos temas, como igualdade de oportunidades, consolidaram-se, definitivamente, na agenda sindical

Ao contrário dos anos anteriores, em que os banqueiros retardaram ao máximo qualquer proposta, as negociações resolveram-se rapidamente. Na segunda semana, a Fenaban já fez a oferta que seria aprovada na assembleia do dia 17 de setembro. A intensificação das formas de mobilização utilizadas em 2001 e o calendário eleitoral impulsionaram a agilidade dos banqueiros.

Em 23 de setembro, os funcionários do BB decidiram aceitar a proposta da direção do banco para fechar o acordo coletivo 2002-2003. Na CEF, entretanto, a intransigência persistiu. Em fins de novembro, a direção do banco ainda não havia apresentado nenhuma contraproposta, levando os dirigentes sindicais a iniciar as



■ Paralisação de agência. Desde os anos 1990, a representatividade do Sindicato junto aos bancários de instituições privadas ampliou-se

tratativas com a equipe indicada por Luiz Inácio Lula da Silva, vencedor das eleições presidenciais, para conduzir o processo de transição no governo federal. Os trabalhadores do BB e da CEF fecharam o ano com reajuste inferior ao conquistado junto à Fenaban, com a qual acordou-se, também, abono e PLR de 80% do salário + R\$ 550. Com esperança, os bancários aguardavam a vinda de dias melhores. ■

■ 2003-2012: A ERA DAS (RE)CONQUISTAS

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 é um componente indispensável para se compreender o novo período que se abriu ao sindicalismo bancário. Em suas características mais importantes, o novo projeto político que se estabelecia no país – na formulação do qual o Sindicato teve ativa participação – era o oposto do até então vigente. Por meio de um conjunto variado de medidas, o novo governo fomentou a geração de empregos e o aumento da renda dos trabalhadores. Contrapondo-se aos postulados neoliberais do governo anterior, gradualmente o Estado retomou importantes funções socioeconômicas, valorizando-se o setor público e os servidores. Do ponto de vista político, o governo federal manteve-se aberto à negociação, criando canais permanentes para o diálogo com os trabalhadores.

Uma vez que o novo governo era baseado em uma ampla coalizão de forças sociais, os setores do sindicalismo que o apoiavam tinham clareza de que conquistas importantes para os trabalhadores não decorreriam automaticamente do novo contexto político. Para o movimento sindical dos bancários, em especial, era evidente que o aproveitamento do espaço político que se abria dependeria fundamentalmente da capacidade de organizar e mobilizar os trabalhadores.



Nesse sentido, um importante marco foi a greve de 2004, que (re)unificou na luta os trabalhadores de bancos públicos e privados. Após anos de separação, eles se engajaram em um grande movimento de massa pela aplicação da CCT a todos os bancários do país. A renovada presença dos bancários nas mobilizações fortaleceu as organizações sindicais na mesa de negociação com os banqueiros e inaugurou um período de novas conquistas e de recuperação de direitos eliminados, em particular nos bancos públicos, durante o governo anterior.

O período 2003-2012 caracteriza-se, portanto, pela ampliação e aprofundamento dos conflitos trabalhistas, especialmente nos

bancos públicos. À ascensão do movimento sindical dos bancários, as instituições financeiras responderam com o recrudescimento da repressão, cujo principal elemento tem sido o recurso aos interditos proibitórios. Desde os anos 1990 as instituições financeiras fazem uso dos interditos. Entretanto, ele se intensificou nos anos 2000 à medida que a categoria retomava sua capacidade de mobilização. O Sindicato tem atuado nos mais variados âmbitos para conter os interditos proibitórios, que, claramente, buscam a inviabilização financeira dos sindicatos e a criminalização do movimento sindical.

Ainda que o período 2003-2012 seja predominantemente marcado por conquistas, o movimento sindical dos bancários continuou enfrentando importantes problemas do período anterior. Se o brutal processo de encolhimento da categoria foi contido (os bancários do país saltaram de 399 mil para 497 mil), o mesmo não se pode dizer das demissões no setor financeiro, que permanece apresentando elevadas taxas de rotatividade de sua força de trabalho. Igualmente, ainda que sob novas formas, as terceirizações continuaram com grande força. Enfrentando velhos e novos desafios, como a necessidade de avançar na organização internacional dos bancários, o Sindicato mostrou grande habilidade na condução de variadas políticas em defesa dos trabalhadores. ■

2003 - RUMO A UMA NOVA ERA: RESGATANDO A DIGNIDADE

Com o início da campanha salarial dos bancários em 2003, antigas reivindicações, como a redução das taxas de juros para estimular os investimentos produtivos e o consumo, foram logo cobradas do novo governo Lula, que tomara posse no início daquele ano. O mesmo pode-se dizer da luta contra as terceirizações, que atravessou os anos 1990.

Ao mesmo tempo, avançava-se em novos terrenos, como nos debates em torno da elaboração de um acordo global para todos os trabalhadores do Grupo Santander, que participaram da Jornada Continental de Luta. Outras reivindicações, como a distinção entre as remunerações advindas de lucros, resultados (programas de metas) e produtividade ganhavam formulação ainda mais clara. Já os trabalhadores do BB e da CEF concentravam seus esforços na aplicação da CCT e na recuperação salarial após anos de arrocho.

Em 12 de setembro, quando pela primeira vez o BB e a CNB/CUT assinaram um acordo, os sindicatos de base e a confederação cutista foram reconhecidos como legítimos representantes dos funcionários. O banco se comprometeu a não aplicar para os funcionários vinculados a bases sindicais ligadas à CNB/CUT e à Comissão de Empresa acordos ou convenções assinados com a Contec. Entre 1995 e 2002, as direções do BB e da CEF só



■ Greve dos trabalhadores de bancos públicos. Inicia-se a recuperação de direitos perdidos no governo FHC, em que prevaleceu a política de reajuste zero e do pagamento de abonos

aceitavam negociar com a Contec, o que quase sempre resultou em perda de direitos, como o Plano de Cargos e Salários e o anuênio no BB. O acordo assinado em 2003 era mais um importante passo na retomada das lutas e na unificação da categoria. Restava, agora, a CEF assinar um documento similar.

No novo contexto político, as práticas de mobilização elaboradas em anos anteriores mostraram-se ainda mais eficientes. As plenárias nas regionais objetivavam descentralizar as ações para facilitar a participação e intensificar os debates. As paralisações em empresas terceirizadas que prestavam serviços aos bancos revelaram-se, também, estratégicas. Apesar da pressão que os bancários sofreram para aderir aos contingenciamentos, os banqueiros não tiveram como resistir por muito tempo e fizeram uma terceira proposta, que foi aprovada na assembleia de 7 de outubro.

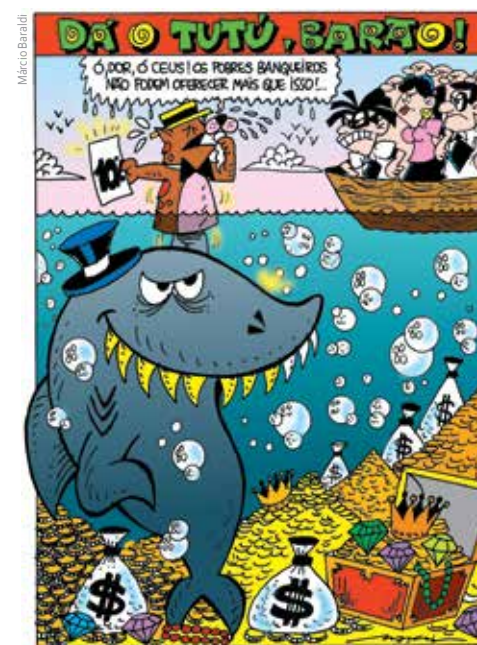
Os trabalhadores do Grupo Santander Banespa continuaram mobilizados exigindo a aplicação do acordo com a Fenaban. Com a mesma reivindicação, os funcionários do BB e da CEF deflagraram greves nacionais com grande adesão. No BB, o movimento durou três dias. Na CEF, oito. Em assembleias com mais de 2 mil participantes, contrastando com o esvaziamento dos anos anteriores, os trabalhadores do BB e da CEF resgataram sua dignidade.

Rompendo uma década de fragmentações, todos os bancários conquistaram o mesmo reajuste, o mesmo abono e a mesma regra básica da PLR acordados com a Fenaban. Obtida pela categoria em 1994, a cesta-alimentação só agora seria paga aos trabalhadores da CEF. No



■ Cartaz da campanha salarial

■ Sindicato coloca "tubarão" de oito metros na Avenida Paulista para protestar contra ganância dos banqueiros



■ Charge ironiza proposta dos banqueiros

melhor acordo dos últimos dez anos, garantiu-se, por exemplo, a criação de grupos de trabalho para avaliação, caso a caso, das demissões baseadas na RH 008, que, em abril, já havia sido revogada. Sem dúvida, em 2003, começaram a ser esboçados os traços que marcariam uma nova era para os bancários. ■



■ Grande assembleia na Quadra do Sindicato. Com o início do governo Lula, os trabalhadores saem da defensiva e retomam as mobilizações de massa



■ Cartaz da campanha salarial

■ Sindicato coloca "tubarão" de oito metros na Avenida Paulista para protestar contra ganância dos banqueiros

■ Grande assembleia na Quadra do Sindicato. Com o início do governo Lula, os trabalhadores saem da defensiva e retomam as mobilizações de massa

2004 - A UNIFICAÇÃO DA CATEGORIA: TODOS JUNTOS NA MESMA LUTA

Os trabalhadores, levando adiante suas grandes expectativas com o novo contexto político, intensificaram suas ações para reverter as perdas acumuladas no período anterior. No segundo semestre, importantes categorias, como metalúrgicos, petroleiros, químicos, comerciários e trabalhadores das áreas de alimentação e papel/papelão, realizaram greves. Assim como em 2003, o governo reconheceu a legitimidade dos movimentos e abriu diversos canais de diálogo.

Em 6 de agosto, representantes dos bancários e das direções do BB e da CEF assinaram pré-acordo que estabeleceu o cumprimento por parte das instituições das cláusulas econômicas que viessem a ser firmadas entre a categoria e a Fenaban. Superava-se a cisão que, na década anterior, existira entre os bancários do setor público e privado. Isso permitiu selar uma campanha nacional e unificada, e consolidar definitivamente a CCT. A reunião de toda a categoria sob uma única bandeira revelou uma capacidade de mobilização como há muito não se via, o que indicava que chegara o momento de uma poderosa ofensiva para recuperar direitos e avançar em novas conquistas.

Devido à extraordinária adesão dos bancários, especialmente do BB e da CEF, à campanha salarial, as práticas de mobilização dos anos anteriores eram complementadas por ações massivas de grande repercussão.



■ Durante a longa greve, as passeatas pelas ruas do centro da capital, que reuniram milhares de bancários, foram episódios de renovada alegria e grande repercussão

A intensa movimentação e o processo de negociação arrancaram uma proposta que contemplava, ao contrário de anos anteriores, aumento real de salário e valorização do piso, além de PLR de 80% do salário + R\$ 705. A direção do movimento defendeu a aprovação da oferta, especialmente porque ela punha fim a uma longa política imposta pelas instituições financeiras que se valiam de abonos para não ofertar reajustes e aumentos salariais reais. Ainda bastante vinculada à cultura do abono, a categoria avaliou que os banqueiros poderiam oferecer mais. Assim, em 14 de setembro, os bancários de instituições públicas e privadas entraram em greve, iniciando a primeira mobilização unificada da categoria desde 1993.

A paralisação espalhou-se por todo o país, chegando a atingir 24 capitais e envolver 200 mil grevistas. Ainda em sua primeira semana, a greve foi parar nos

tribunais. O Ministério Público do Trabalho ingressou com dissídio coletivo no TRT, que determinou a reabertura, a partir de 30 de setembro, de todas as agências bancárias com a presença de pelo menos 60% de seus funcionários. Rechaçando uma interferência que não ocorria desde 1991, os bancários decidiram manter a greve. Sob ameaças, inclusive a de demissão por abandono de emprego caso chegassem ao trigésimo dia de greve, os bancários adentraram o mês de outubro fortemente mobilizados. No dia 11, a Contec, que representava menos de 5% da categoria em todo o país, ajuizou dissídios coletivos do BB e da CEF. Eram exatamente os trabalhadores desses bancos que constituíam o núcleo principal do movimento. O Sindicato foi contra a atitude da Contec, que colocava em risco os direitos dos trabalhadores. Em 14 de outubro, seguindo a orientação da Executiva Nacional dos Bancários, após 30 dias de



■ Assembleia com milhares de bancários decide pela continuidade da greve

paralisação, os grevistas decidiram pela volta ao trabalho.

Em 21 de outubro, o TST julgou o dissídio coletivo dos bancários do BB e da CEF, que receberam abono de R\$ 1.000. Para os trabalhadores de bancos privados, a retomada do diálogo com a Fenaban finalizou o processo de negociação que resultou em abono de R\$ 700 pago em cesta-alimentação. Todos os bancários obtiveram o aumento salarial real, valorização do piso e a PLR previstos na proposta inicial, que incluía avanços em questões específicas nos bancos públicos. Na CEF, por exemplo, em relação aos demitidos com base na RH 008, obteve-se o compromisso de readmitir todos que conseguiram sentença favorável em primeira instância e os que obtiveram liminar contra as dispensas. Mas sem dúvida a maior vitória de 2004 foi a retomada das mobilizações de massa, que unificaram e mobilizaram a categoria na luta, de um modo que não se via há anos. ■



■ No trigésimo dia de greve, bancários abraçam o BB da Avenida São João: um dos últimos atos da campanha



■ Luiz Cláudio Marcolino, segundo do lado esquerdo da mesa, presidente do Sindicato, e outros representantes da categoria em tensa mesa de negociação com os banqueiros



■ Cartaz da campanha salarial

2005 - CONQUISTAS PIONEIRAS MESMO DIANTE DA CENSURA E DA REPRESSÃO

Em um cenário de maior liberdade de organização para os trabalhadores e aumentos reais de salários conquistados por diversas categorias, o aprofundamento da ofensiva iniciada no ano anterior marcou a pauta de reivindicações dos bancários em 2005. Diante do contínuo crescimento do lucro dos bancos, propunha-se uma nova regra para a PLR que incluía a divisão igualitária de 5% do lucro da empresa entre todos os funcionários. Reivindicava-se, também, a instauração de comissões para elaborar propostas adequadas de remuneração variável, diminuindo a grande dependência dos trabalhadores de rendimentos dessa natureza. O pagamento de 14º salário, inclusive aos afastados por qualquer motivo, voltou a ser exigido. Temas que se consolidaram nos anos anteriores, como a isonomia de tratamento para os homoafetivos, apareciam ao lado da sempre presente reivindicação por garantia de emprego.

Combinando as paralisações- assembleias nos locais de trabalho, especialmente nos centros administrativos, com expressivas manifestações em espaços públicos, os bancários de São Paulo, Osasco e região engajaram-se na campanha salarial nacional e unificada da categoria. Desde o princípio, os banqueiros mostraram-se pouco dispostos a negociar. Após recorrer a diversos mecanismos de pressão, a categoria avaliou que somente a



■ Bancários protestam contra ações dos banqueiros para censurar o material de comunicação da campanha salarial

greve poderia quebrar a intransigência dos banqueiros. Em 6 de outubro, um forte movimento foi deflagrado em importantes capitais brasileiras.

Para proteger-se das manobras jurídicas dos banqueiros, o Sindicato cumpriu todas as determinações da Lei de Greve: aprovação em assembleia da categoria, aviso de greve com publicação de edital em jornal de grande circulação e ofício à Fenaban, assim como comunicação aos clientes e à Polícia Militar. Em uma significativa vitória nos tribunais, o Sindicato conseguiu liminar que suspendia os processos de interdito proibitório em sua base territorial nessa campanha salarial. Apesar da pressão dos bancos para que os

trabalhadores participassem dos contingenciamentos, com a suspensão dos interditos proibitórios aumentou a participação da categoria no quinto dia da greve nacional. A força do movimento levou a Fenaban a fazer nova proposta, que foi aprovada por 2.600 bancários reunidos em assembleia no dia 11 de outubro.

As conquistas da campanha salarial de 2005 revelaram a inversão de um processo que havia marcado a categoria na última década. Aliados, nos anos anteriores, de direitos usufruídos pelo restante da categoria, os trabalhadores do BB e da CEF passavam, agora, à condição de



■ Festiva e colorida caminhada no centro da cidade lança a campanha salarial

pioneiros em conquistas que se punham como referência para todos os bancários. No BB, por exemplo, obteve-se PLR que incluía a distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os funcionários. Na CEF, atendendo-se a uma reivindicação de 14 anos, conquistou-se a inclusão como dependente no plano de saúde do companheiro ou companheira do mesmo sexo. A capacidade dos funcionários desses bancos de reconstruírem suas instâncias de organização e mobilização, como o restabelecimento da figura do delegado sindical, somada à vigência de um governo comprometido com demandas dos trabalhadores foi decisiva para esse novo quadro. Ainda que menos potencializados, os mesmos fatores também mudaram a correlação de forças nos bancos privados. Assim, em 2005, mais uma vez, todos os bancários do país obtiveram aumento real de salário e PLR maior. ■



■ Com o crescimento das mobilizações, os bancos ampliam o recurso aos interditos proibitórios, aumentando a repressão policial aos trabalhadores



■ Bancários lotam Quadra em assembleia de encerramento da greve

2006 - CONQUISTAS NA PLR E AVANÇOS NA SAÚDE PARA O COMBATE ÀS METAS E AO ASSÉDIO MORAL

A principal novidade da campanha salarial dos bancários de 2006 foi a ativa participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), criada em janeiro daquele ano. Contando com uma base de representados mais ampliada e diversificada que a da extinta CNB/CUT, a Contraf/CUT (*leia mais na pág. 148*) abria a possibilidade de lutas nacionais mais abrangentes e articuladas. Em termos de reivindicações, após a substancial recuperação dos rendimentos dos bancários nos anos anteriores, a categoria e suas entidades avaliaram que a prioridade do momento era a melhoria das condições de trabalho. Assim, o fim do assédio moral e das metas abusivas ganhou centralidade.

A estratégia de comunicação do Sindicato contou com inovadores usos da internet e de mensagens por celular, para envolver a categoria na campanha salarial. Bem informados, os bancários participaram das passeatas pelas ruas do centro, das plenárias nas subdeses regionais, dos congressos de bancos, dos mutirões nos bairros e das paralisações-assembleias nos locais de trabalho.

Desde as primeiras paralisações-assembleias, os banqueiros já esquematizaram seus contingenciamentos – que foram denunciados pelo Sindicato –,



■ Bancários na Avenida Paulista aderem à paralisação nacional de 24 horas

obrigando os bancários a entrar mais cedo, mudar de local de trabalho e até a se submeter a condições degradantes. Além disso, bastou a possibilidade de greve para que os banqueiros recorressem aos tribunais para obter interditos proibitórios “preventivos”.

A categoria aprofundou a mobilização. Após uma paralisação de 24 horas em várias cidades, a Fenaban fez uma segunda proposta. Os bancários entenderam que a oferta era insuficiente e aprovaram o início da greve para 26 de setembro. O movimento começou com grande adesão em todo o país. Em importante vitória contra os interditos proibitórios interpostos pelos bancos, o Sindicato conquistou liminar que garantia o



■ Representantes dos trabalhadores assinam acordo com a direção do Banco do Brasil

direito de greve, dando mais força ao movimento. Pressionada, a Fenaban apresentou uma nova proposta, que, em 10 de outubro, foi aprovada pelos trabalhadores de bancos privados e da Nossa Caixa.

Já os trabalhadores do BB e da CEF decidiram continuar em



■ Em criativas intervenções nos locais de trabalho, a campanha salarial destacou temas como a saúde do trabalhador

greve. Decisão que seria revertida no dia seguinte com a aprovação da proposta negada no dia anterior. Ainda que o fim da greve tenha sido aprovado por ampla maioria em assembleias massivas, a rápida mudança de deliberação revelava uma disputa entre duas visões políticas distintas. Um setor da oposição à direção do Sindicato avaliava que os trabalhadores deveriam manter o movimento grevista e confrontar o governo Lula para obter uma recuperação mais rápida das perdas do governo Fernando Henrique Cardoso. Visão similar havia levado aos trinta dias da difícil greve de 2004. O Sindicato queria evitar um desgaste semelhante para a categoria. Além disso, tinha outra avaliação sobre o governo Lula, que possibilitou as condições para que os bancários, especialmente os dos bancos públicos, pudessem voltar a exercer o direito de se manifestar, unificar suas lutas e obter importantes conquistas.



■ Cartaz da campanha salarial



■ Com vasta pauta de reivindicações, a categoria inicia mais uma campanha salarial

No terceiro ano de greve geral da categoria, muitas foram as vitórias. No lugar do abono pago em anos anteriores, à regra básica da PLR (80% do salário + R\$ 828) se somaria um valor adicional que dependeria do crescimento do lucro líquido do banco em relação ao ano antecedente. Os trabalhadores do BB continuaram

recebendo a PLR nos moldes de 2005. Respondendo às prioridades da campanha salarial, a Fenaban concordou com a reativação das mesas de saúde e segurança e com a criação de um grupo de trabalho para debater o assédio moral, o que lançava os bancários na vanguarda das negociações sobre o tema. ■

2007 - MAIS UNIDADE DA CATEGORIA, MAIS UMA CLÁUSULA NA CCT: A 13ª CESTA-ALIMENTAÇÃO

A nova vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2006 assinalou as expectativas dos trabalhadores em mais quatro anos de um governo que os respeitasse. Algo que se confirmava logo no primeiro semestre de 2007, quando, em 88% dos acordos, os trabalhadores obtiveram aumento salarial real. Nesse quadro auspicioso, os bancários também teriam de enfrentar antigos problemas. A compra do Banco Real pelo Santander, por exemplo, alimentou o receio com as demissões no setor, recolocando a luta pelo emprego no centro das preocupações.

Para o Sindicato, era inaceitável que as instituições financeiras, as empresas mais lucrativas do país no primeiro semestre de 2007, tivessem gerado apenas 0,39% dos postos de trabalho no mesmo período. Fortalecidos pelas consistentes mobilizações dos anos anteriores, os bancários levariam à mesa de negociações uma pauta diversificada e com propostas inovadoras, mantendo a ofensiva iniciada pela categoria em 2003.

Entre as reivindicações, destacava-se o esforço das organizações sindicais pelo estabelecimento de regras mais claras e favoráveis aos trabalhadores no pagamento da remuneração variável. Propunha-se a distribuição de 10% de toda a produção da agência entre os



■ A crescente participação da categoria nas assembleias fortalece a democracia no Sindicato

trabalhadores da unidade e de 5% da receita obtida pelo banco com prestação de serviços de forma igualitária entre os funcionários. A contratação coletiva da remuneração variável era um passo fundamental para atacar as metas abusivas e o assédio moral, bem como seus efeitos negativos sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores. Outra reivindicação importante era a inclusão de novas cláusulas na CCT, como a 13ª cesta-alimentação e o auxílio-educação para todos os bancários.

Os temas sobre igualdade de oportunidades e de tratamento mantinham seu espaço habitual, enfatizando a contratação de

pessoas com deficiência e a extensão do direito ao convênio médico para os parceiros do mesmo sexo. Em sua luta para combater as "heranças" do governo Fernando Henrique Cardoso, os bancários das instituições públicas reivindicavam mais contratações e a isonomia de direitos entre novos e antigos funcionários.

Em 21 de setembro, a Fenaban fez sua primeira proposta. Apesar de contemplar alguns itens, não oferecia aumento real de salário, levando os bancários a uma paralisação de 24 horas alguns dias depois. Tendo experimentado a força crescente dos bancários nos anos anteriores, os banqueiros não demoraram a fazer uma nova



■ Em passeata noturna, os bancários lançam a campanha salarial



■ Os bancários da CEF fazem greve de sete dias e conquistam um novo Plano de Cargos e Salários e a garantia de contratação de mais 3 mil empregados

oferta, que foi aprovada em 2 de outubro pelos trabalhadores de bancos privados, da Nossa Caixa e do BB. Na CEF, a greve durou sete dias.

Pelo quarto ano consecutivo, os bancários conquistaram

aumento real de salário. Para os trabalhadores de instituições públicas e privadas, a 13ª cesta-alimentação passou a ser uma cláusula na CCT. Mais bancos concordaram em ampliar seus programas de auxílio-educação e



■ Cartaz da campanha salarial



■ Simbolizando a crescente unidade da categoria, o lançamento da campanha salarial nacional e unificada ocorreu em Brasília em frente às sedes do BB e da CEF

o pagamento do valor adicional à PLR, conquistado em 2006, foi aumentado e renovado por mais um ano. ■

2008 - UMA FORTE E ORGANIZADA GREVE EM MEIO À CRISE MUDA A REGRA BÁSICA DA PLR

Apesar de mais um ano de crescimento da economia brasileira e de conquistas de aumentos reais de salário nos acordos firmados no primeiro semestre de 2008, a crise econômica financeira mundial fomentava incertezas sobre seu real impacto no Brasil e muitos banqueiros sugeriam que ela interromperia a trajetória de conquistas dos bancários nos últimos anos. Somente uma forte campanha salarial poderia reverter tais “previsões”.

As ameaças dos banqueiros não intimidaram a categoria, que apresentou uma diversificada pauta de reivindicações tematizando os principais problemas cotidianos dos trabalhadores. Na defesa da saúde dos bancários, destacava-se o combate às metas. Elas deveriam ser definidas junto com o movimento sindical, não podendo ser individuais, e teriam de ser reduzidas se houvesse diminuição de pessoal. No mesmo sentido, retomava-se a reivindicação do ano anterior sobre a contratação da remuneração total e exigia-se a implementação de um programa de conscientização e prevenção do assédio moral. Isso seria acompanhado da criação de um mecanismo para captar denúncias, apurar, analisar e solucionar os casos.

A luta por uma PLR maior ganhava novo impulso. Para as organizações sindicais, era inadmissível que a participação dos trabalhadores representasse um percentual cada vez menor do crescente lucro líquido dos bancos. Ao lado de



■ *Banqueiros levam a greve aos tribunais, contra a vontade do Sindicato, que protesta em frente ao TRT, exigindo negociação direta*

temas consolidados, como a garantia de emprego, especialmente para os trabalhadores das instituições que se fundiam, avançava-se em novas áreas propondo-se a criação de um plano de previdência complementar fechado, com gestão compartilhada, para todos os bancários e a extensão do auxílio-maternidade para seis meses.

No BB, entre as questões específicas, destacavam-se as exigências de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e do fim da lateralidade. Já na CEF, pleiteava-se: eleição de representante para o Conselho de Administração da empresa, isonomia entre todos os empregados e recomposição do poder de compra dos salários. Na pauta de reivindicações entregue aos banqueiros, ainda tiveram espaço



demandas que diziam respeito à sociedade como um todo: redução da taxa de juros, ampliação do crédito produtivo para investimentos e regulamentação do sistema financeiro no país.

Pela primeira proposta da Fenaban, muitos bancários receberiam PLR menor do que a de 2007, o que levou a categoria a uma paralisação de 24 horas em 30 de setembro. Em 7 de outubro, trabalhadores de bancos públicos e privados decidiram pelo início da greve por tempo indeterminado. O movimento



■ *Mostrando sua força, a categoria paralisa diversos centros administrativos, entre eles o Itaú Ceic, o Bradesco Alphaville e o Santander Casa 3, afetando a rotina dos bancos. Em 2008, o movimento grevista contou com grande participação dos trabalhadores de instituições privadas*

começou muito forte em todo o país, levando os bancos a ampliarem o contingenciamento e o recurso a interditos proibitórios, contra os quais se obtiveram algumas vitórias judiciais. Em 16 de outubro, a esmagadora maioria dos trabalhadores presentes à assembleia decidiu permanecer em greve.

A Fenaban, procurando cindir os trabalhadores, comunicou ao TRT que os bancários continuavam em greve. A estratégia era evidente: levando-se os bancos privados e a Nossa Caixa aos tribunais, os trabalhadores do BB e da CEF ficariam isolados. A greve, entretanto, continuou forte em todo o país. Em 21 de outubro, a Fenaban fez nova proposta, que foi aprovada, inclusive pelos trabalhadores do BB, em assembleia no dia seguinte. Em 24



de outubro, os bancários da CEF, reunidos em assembleia, colocariam ponto final na greve.

O movimento conquistou aumento real de salário para os bancários pelo quinto ano consecutivo. Após 11 anos, obteve-se a alteração, garantida em CCT, da regra básica da PLR: de 80% do salário passou-se aos 90% e o teto

mudou de 2 para 2,2 salários. A regra da parcela adicional – conquista de 2006 – continuou igual. No BB e na CEF, avançou-se em muitas reivindicações específicas. Entretanto, na Caixa, a direção do banco novamente mostrou-se dura nas negociações. Para os bancários, o aprendizado era o mesmo do ano anterior: as conquistas só viriam com muita luta. ■

CAMPANHA SALARIAL
2008



■ *Cartaz da campanha salarial*

2009 - A AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E A ISONOMIA DE DIREITOS PARA HOMOAFETIVOS

Na pauta de reivindicações da campanha salarial de 2009, ganhou força a proposta de que os bancários deveriam conquistar um formato de PLR que lhes garantisse maior percentual do crescente lucro das instituições financeiras. Além de aumento na regra básica da PLR, exigia-se, como valor adicional, a distribuição de 5% do lucro líquido ou 5% da receita de prestação de serviços ou 5% da receita de crédito.

Temas que apareceram com grande força nos anos anteriores, como a contratação da remuneração total e o estabelecimento de Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) para todos os bancários, recebiam formulação ainda mais detalhada. As lutas pela licença-maternidade de seis meses e pelo fim do assédio moral mantinham sua centralidade. Nos bancos públicos, a conquista da isonomia entre os funcionários apresentava-se como uma das bandeiras mais relevantes.

Para envolver os bancários na luta pelas reivindicações que emanaram da categoria, o Sindicato diversificou ainda mais a comunicação com os trabalhadores. Em canal UHF, lançou o programa de TV *Momento Bancário*. Pelo *twitter*, os trabalhadores poderiam ser informados ainda mais rapidamente sobre cada passo da campanha salarial e, para fomentar a apropriação por parte dos bancários do material de divulgação da campanha salarial, o Sindicato



■ No vigésimo dia de greve, trabalhadores da CEF protestam em frente à sede do banco na Avenida Paulista

o disponibilizou para *download*. O amplo conjunto de iniciativas do Sindicato no âmbito da comunicação era mais um estímulo à repetição do engajamento que marcara a campanha salarial de 2008. O esforço foi recompensado.

Em 11 de setembro, indicando a pouca disposição dos patrões em negociar, os responsáveis pela segurança dos maiores bancos do Brasil e a Polícia Militar de São Paulo fizeram uma reunião secreta, a pedido das instituições financeiras, para montar um esquema de repressão a uma "possível" greve dos bancários. Recorrendo, entre outros, à Justiça do Trabalho e à Assembleia Legislativa do Estado, o Sindicato denunciou o absurdo desse ataque ao legítimo direito de greve. Intensificado pelos banqueiros, o clima de enfrentamento confirmou-se, em 23 de setembro, quando mais de 2 mil bancários lotaram a quadra do Sindicato, rejeitaram a proposta da

Fenaban e votaram pela greve por tempo indeterminado.

O movimento começou forte e ampliou-se nos dias seguintes. Em São Paulo, coroando esforços do Sindicato desde o início da campanha salarial, trabalhadores de empresas terceirizadas aderiram ao movimento. Após 15 dias de uma forte greve nacional, os funcionários de bancos privados, do BB e da Nossa Caixa aceitaram uma nova proposta da Fenaban e encerraram o movimento. Na CEF, a greve continuou e, após fracassada tentativa de acabar com o movimento nos tribunais, a direção da empresa teve que apresentar uma nova proposta, que foi aprovada por mais de mil bancários em 21 de outubro, 28º dia de greve.

Como resultado dessa intensa mobilização, três novas cláusulas foram incluídas na CCT: a



■ Os personagens da Superliga dos Bancários caíram no gosto da categoria e trouxeram diversão e reflexão para a campanha salarial

ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, a distribuição igualitária entre todos os trabalhadores do banco de 2% do lucro líquido como adicional à PLR e a isonomia de direitos para homoafetivos, garantindo a extensão do plano de saúde a parceiros do mesmo sexo em todos os bancos. Pelo sexto ano consecutivo, conquistava-se aumento real de salário para toda a categoria.

No ano em que o BB adquiriu a Nossa Caixa, a força da greve arrancou do banco R\$ 60 milhões para serem distribuídos entre todos os funcionários da instituição estadual. O movimento foi também importante para que os bancários do Santander e do Real obtivessem um único acordo coletivo de trabalho aditivo à CCT. Nos bancos públicos, assegurou-se a garantia de contratação de milhares de novos funcionários e outros itens, como reajuste adicional de 3% no PCS, no BB, e abono de R\$ 700, na CEF. No BB, em especial, o que se via era a consolidação de uma nova era. Em 1998, o governo FHC retirou



■ Mais uma vez, os bancários tornam-se presença marcante na cidade

grande parte dos direitos dos bancários que ingressavam no BB. Desde 2004, os empregados vinham conquistando ano a ano o retorno desses direitos e, em 2009, após mais uma greve, só restavam duas pendências: a licença-prêmio e as férias de 35 dias para quem tivesse mais de 20 anos de casa.

Os trabalhadores da CEF também passaram por um processo semelhante. Entretanto, a centralidade que a instituição assumiu nos projetos de incentivo

econômico e nos programas sociais do governo federal redundaram em aumento no volume e no ritmo de trabalho, levando os bancários da CEF a se destacarem pelo forte engajamento nas campanhas salariais. Ainda que apoiasse estas iniciativas governamentais, o Sindicato não deixaria de encabeçar as demandas dos trabalhadores da CEF por melhores condições de trabalho. Por isso, a cada ano, os embates com a direção do banco vinham se tornando mais acentuados. ■



■ Cartaz da campanha salarial

2010 - CONQUISTA INÉDITA: A CLÁUSULA DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NA CCT

Reivindicações não atendidas nos anos anteriores voltaram a se destacar na pauta da campanha salarial nacional e unificada de 2010: previdência complementar e PCCS para todos os bancários, fim das metas abusivas e do assédio moral, contratação da remuneração total, manutenção de todos os direitos para os afastados por doença ocupacional etc. Considerando o crescimento do trabalho formalizado no país, e a fim de renovar o enfrentamento a um problema que vinha fustigando a categoria nas últimas duas décadas, o Sindicato exigia a reversão de terceirizações e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores terceirizados como bancários.

O Sindicato pôs em marcha uma campanha salarial que acrescentaria aos seus vários recursos de comunicação a disponibilização na internet do curta-metragem de animação *Dia de Bancário*. Ao abordar a dura rotina da categoria, o audiovisual reforçava a centralidade das lutas contra o assédio moral e as metas abusivas, geradores de diversos impactos negativos sobre a saúde dos trabalhadores. Vendo seus problemas cotidianos convertidos em demandas coletivas pelo Sindicato, a categoria engajou-se nas caminhadas, passeatas e paralisações-assembleias da campanha salarial.

Antes mesmo de confirmada a possibilidade de greve, os bancos



Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato, entre Raquel Kacelnikas, secretária-geral (à direita), e Rita Berlofa, secretária de Finanças da entidade, participam da 12ª Conferência Nacional dos Bancários, evento anual que define a pauta da campanha unificada

já iniciariam seus esquemas de contingenciamento, revelando pouca disposição para negociar. Diante da ausência de uma proposta satisfatória da Fenaban, em 28 de setembro os bancários reunidos em assembleia aprovaram o início da greve por tempo indeterminado a partir da manhã seguinte.

O primeiro dia do movimento foi forte em todo o Brasil, fomentando a batalha jurídica em torno dos interditos proibitórios. Em 6 de outubro, a greve nacional dos bancários envolvia 26 estados e continuava crescendo: em todo o Brasil, mais de 7 mil agências estavam fechadas.

Sob enorme pressão, a Fenaban fez nova proposta em 9 de outubro e reformulou-a dois dias depois. Em 13 de outubro, após 15 dias de greve, os bancários reunidos em assembleias aprovaram a proposta da Fenaban e seus acordos específicos.

Entre as conquistas da campanha salarial de 2010, a mais significativa foi a inclusão na CCT da cláusula de combate ao assédio moral. Apesar da adesão de bancos e de sindicatos à cláusula ser voluntária, ela estabelecia a declaração explícita de condenação a qualquer ato de assédio e a implementação de um canal de denúncias, com prazo para apuração e retorno à entidade



Para reforçar o mote da campanha salarial, "Um outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia", o Sindicato distribuiu milhares de fitinhas com as reivindicações aos bancários



Cartaz da campanha salarial

sindical. Outras importantes vitórias, como o aumento real de salário pelo sétimo ano consecutivo e a elevação do piso salarial (16,33%), foram também obtidas. Os trabalhadores do BB avançaram na promoção por mérito. Já na CEF, após uma luta que se arrastava havia anos, os trabalhadores conquistaram, além da regra básica acordada com a Fenaban, a PLR social, que estabelecia a distribuição linear de 4% do lucro líquido do banco.

No último ano do mandato de Lula, concluiu-se que um governo popular e democrático ampliara o espaço às organizações e mobilizações dos trabalhadores. Entretanto, isso não bastou: conquistas significativas dependeram, em última instância, da capacidade de luta e do hábil aproveitamento do espaço político aberto. Após oito anos de governo Lula, não havia dúvida de que Sindicato fora bem sucedido nesse processo. ■



Paralisação do Itaú ITM no nono dia de greve. O movimento contava com adesão crescente, especialmente nos centros administrativos



Comando Nacional dos Bancários entrega reivindicações da campanha à Fenaban

2011 - MAIS UM GOLPE NAS METAS E NO ASSÉDIO MORAL COM O FIM DA DIVULGAÇÃO DE RANKINGS

Apesar dos esforços do recém-empossado governo Dilma Rousseff (2011-2014) para reduzir as taxas de juros cobradas pelos bancos, o setor continuou sua longa história de lucros crescentes: R\$ 26 bilhões. Mesmo com esse resultado, no primeiro semestre de 2011 os bancos geraram somente 6.851 novos empregos e demitiram 8.947 trabalhadores, mantendo a alta rotatividade de mão de obra que o sistema financeiro vem utilizando como estratégia para a redução dos salários.

Para conter tais artimanhas, uma das principais reivindicações da campanha salarial nacional e unificada era a continuidade da elevação do piso de ingresso na categoria. Outra prioridade na pauta dos bancários era a melhoria das condições de trabalho, sobretudo para combater as metas abusivas e o assédio moral. Juntamente com a exigência de previdência complementar para todos, retomava-se, também, a luta por mais clareza e justiça na PLR, insistindo-se, em especial, que dela não fossem descontados os programas próprios de resultados dos bancos.

Aprofundando importantes mudanças sociais ocorridas no governo Lula, que permitiram a muitos brasileiros usufruírem direitos básicos da cidadania, a campanha salarial reivindicava, ainda, a universalização do atendimento bancário, visto que 40% da



Protesto que reuniu 8 mil bancários e funcionários dos Correios colore de vermelho e amarelo a Praça do Patriarca, no centro de São Paulo

população continuavam sem conta corrente.

Reservando um espaço na *Folha Bancária* para publicar mensagens dos trabalhadores sobre o seu cotidiano, o Sindicato dava cores vivas ao mote da campanha salarial de 2011: "Bancário não é máquina". Os temas vinculados à saúde dos trabalhadores encontravam ampla ressonância na categoria, impulsionando o significativo engajamento nas mobilizações. Os banqueiros, por sua vez, mantinham-se intransigentes quando as organizações dos trabalhadores propunham-se a debater questões como metas e suas decorrências psicológicas sobre os bancários. Elas foram completamente ignoradas na proposta que a Fenaban fez à categoria em 20 de setembro, o que

levou os bancários reunidos em assembleia a recusá-la e a aprovar o início da greve para 27 de setembro.

Apesar das pressões dos bancos pelos contingenciamentos, com o uso de helicópteros e ameaças por telefone, a greve começou forte e cresceu em todo Brasil. No 15º dia de paralisação, quando o movimento contou com a adesão de 9.090 locais de trabalho em todo o país, não havia mais dúvida de que se superava o movimento de 2010. Em São Paulo, Osasco e região, estimou-se em 42 mil os trabalhadores que aderiram à paralisação em 14 de outubro. Nesse mesmo dia, pressionada, a Fenaban fez uma nova proposta. Em 18 de outubro, após 21 dias de greve, as assembleias aprovaram a proposta da Fenaban e os acordos aditivos.



Lançamento da campanha salarial no centro de Osasco



Em que pese a inédita medida da direção do BB, que recorreu a um interdito proibitório preventivo, levando o Sindicato a denunciar o banco à OIT e à OCDE, os trabalhadores fizeram uma forte greve nacional

Pelo oitavo ano consecutivo, a categoria conquistou aumento real de salário, totalizando 13,9% entre 2004 e 2011. A parcela fixa da regra básica da PLR foi reajustada em 27,18% e o piso salarial em 12%. Na luta contra a rotatividade obteve-se, ainda, a ampliação do aviso prévio proporcional ao tempo trabalhado na empresa no caso de demissões sem justa causa. Em relação às condições de trabalho, assegurou-se a inclusão

na CCT das cláusulas que proíbem o transporte de valores por bancários e a publicação de rankings que exponham a performance dos funcionários no cumprimento das metas.

No BB, obteve-se ampliação de quatro para doze meses do vencimento de caráter pessoal para os trabalhadores que se afastam por motivo de doença e reajuste de 10% no piso, cujo aumento real impacta toda a curva



Cartaz da campanha salarial



Kardec de Jesus, secretário Cultural do Sindicato, fala em reunião de delegados da CEF

do PCS. Na CEF, além da garantia de contratação de mais empregados, entre as conquistas dos trabalhadores estava a manutenção da PLR social, que assegurava a distribuição linear de 4% do lucro líquido, e os pagamentos da regra básica da PLR e do adicional da PLR (Fenaban). No acordo aditivo dos trabalhadores do Santander, o único existente entre os bancos privados, conquistou-se o acesso dos dirigentes sindicais a todas as unidades do banco. Finalmente, fortalecendo as mesas temáticas sobre saúde, segurança bancária e igualdade de oportunidades, conquistadas em 2009, definiu-se uma periodicidade mínima para as reuniões. ■

2012 – MAIS AVANÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA BANCÁRIA E SAÚDE DOS TRABALHADORES

Os bancários demonstraram notável engajamento na campanha salarial desde seu início: 12.286 trabalhadores participaram da consulta para definir as reivindicações prioritárias. Importante novidade foi a impressão das perguntas em braille e com fontes maiores para que os bancários com deficiência visual também pudessem participar. Às reivindicações apresentadas em 2011, a categoria acrescentou o fim do fator previdenciário como pauta política



Maurício Moraes/CEDOC



Bancários vão à greve e conquistam aumento salarial real pelo nono ano consecutivo. Na foto ao lado, Maria Rosani (à dir.), secretária de Relações Sindicais e Sociais do Sindicato

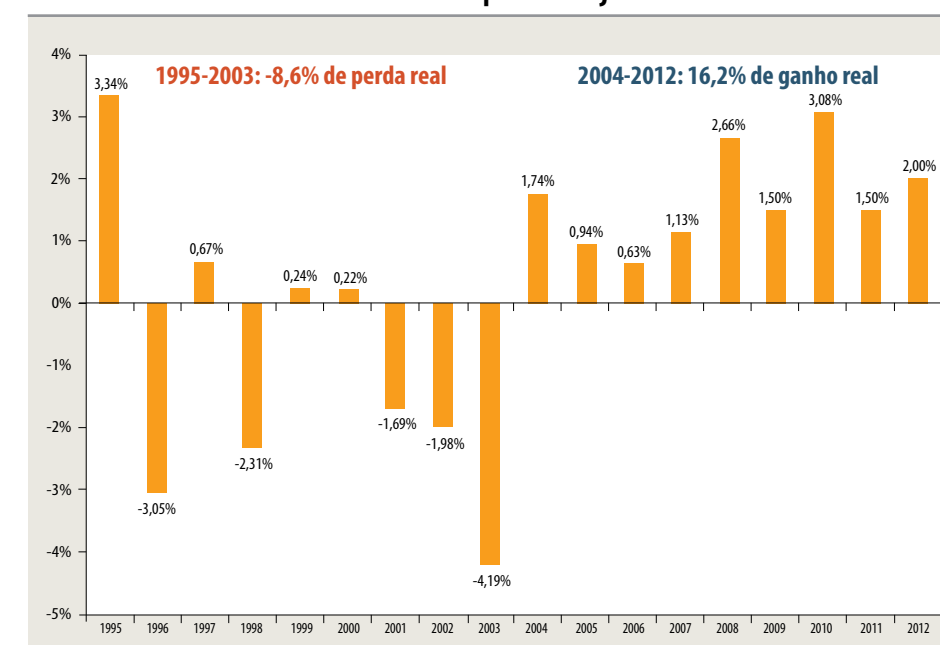
Nacional já na mesa de negociação. Poucos dias depois, os banqueiros declararam que não tinham mais nada para apresentar, levando os bancários a intensificar as mobilizações. Além das plenárias nas regionais, as paralisações- assembleias foram impulsionadas, sobretudo nos grandes centros tecnológicos. Sem nova proposta, em 12 de setembro, os trabalhadores, em assembleia, aprovaram o início da greve para o dia 18 de setembro. Bancários de outras cidades brasileiras tomaram a mesma decisão. Em 23 de setembro, o Sindicato obteve uma grande vitória jurídica quando o TRT de São

categorias com data-base no segundo semestre.

Em 28 de agosto, a Fenaban fez a primeira proposta para a categoria, julgada insuficiente pelo Comando

da campanha nacional e unificada. O fim do fator estava previsto para entrar na pauta do Congresso em agosto. Por isso, o Sindicato já se mobilizava em torno do tema, aliando-se a outras importantes

Gráfico 1 Aumentos salariais reais conquistados junto à Fenaban – 1995-2012



Fonte: CCT bancários, IBGE
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Paulo cassou todas as cinco decisões de interdito proibitório em favor dos bancos (dois do Santander, em Osasco e na capital; um do BB, em São Paulo; um do Bradesco, também na capital; e um do Itaú, em Osasco), tomadas por juízes de Varas de Trabalho na semana anterior.

Diante da força da greve, a Fenaban retomou as negociações e apresentou, em 25 de setembro, nova proposta. No dia seguinte, a assembleia dos funcionários de bancos privados aprovou por unanimidade a proposta feita pela Fenaban. A maioria também votou pela aprovação e fim da greve no BB. Os empregados da CEF rejeitaram a proposta e continuaram em greve. Decisão

alterada em 27 de setembro, quando os bancários em assembleia aprovaram a proposta da empresa.

Em mais um ano de forte greve nacional, a campanha salarial dos bancários trouxe importantes vitórias. A parte fixa da PLR e o teto do valor adicional receberam reajuste de 10%. Pelo nono ano consecutivo, obteve-se aumento real de salário (2%), que foi ainda maior (2,95%) nos tíquetes e no piso salarial. Este, por sinal, passava a totalizar 35,57% de aumento acima da inflação no período 2004-2012. Para a melhoria das condições de trabalho, garantiu-se a manutenção e o aprimoramento do instrumento de combate ao



Cartaz da campanha salarial

assédio moral. A federação dos bancos concordou em ampliar a divulgação do canal de denúncia. Permaneceria o mesmo procedimento: o bancário faria a denúncia por meio do site do Sindicato, com identidade mantida em sigilo, e o banco teria prazo de até 60 dias corridos para dar retorno e solução ao problema.

No BB, obteve-se a adesão da instituição à cláusula de assédio moral da CCT, a promoção por mérito para os caixas, além da redução do tempo para a primeira promoção de dois anos para 90 dias. Já os bancários da CEF garantiram ampliação do quadro de empregados e a manutenção da PLR social. Além da implementação de um projeto piloto de segurança bancária e da renovação do acordo aditivo à CCT entre o Santander Brasil e seus funcionários, o ano de 2012 contou, ainda, com outra importante conquista da categoria: os bancários afastados asseguraram o direito de receber seus salários enquanto não recebem o benéfico do INSS. ■

CONVENÇÃO COLETIVA NACIONAL DOS BANCÁRIOS (1992-2012)

Em 1992, os bancários brasileiros assinaram sua primeira Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida em todo o país. Ainda que as mobilizações da categoria tivessem alcance nacional desde meados dos anos 1930, somente em 1992 os bancos privados e estaduais, capitaneados pela Fenaban, e 85% dos bancários brasileiros, representados por 120 sindicatos, sete federações e a CNB/CUT, formalizaram a criação de instrumento legal que garantia os mesmos direitos aos bancários de todo o Brasil.

Com a assinatura da CCT, alcançou-se a realização de um projeto cuja primeira formulação ocorrera em 1951 e que foi retomado pelo "novo sindicalismo" no final dos anos 1970. Nesse processo, a greve nacional dos bancários, em 1985, foi um importante marco na reunificação das lutas da categoria, impulsionando a reconstrução de sua identidade nacional. Igualmente imprescindível foi o estabelecimento de uma estrutura organizacional confederativa combativa e representativa dos bancários brasileiros, o Departamento Nacional dos Bancários (DNB/CUT), criado em 1985, como alternativa à Contec, que se tornara um órgão burocratizado e distante das lutas dos trabalhadores.

Em 1991, pela primeira vez, o DNB/CUT apresentava à Fenaban a minuta mínima unificada, com as reivindicações comuns de todos os bancos, públicos e privados. Consolidando o processo de



■ Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato, assina, em 2012, a CCT que valerá até 2013



■ Ricardo Berzoini, presidente da CNB/CUT, assina, em 1992, a primeira CCT

reconstrução das organizações dos trabalhadores, em 1992, o 3º Congresso do DNB/CUT aprovou a transformação do Departamento em Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT).

Enfrentando os difíceis anos do governo FHC, a CNB/CUT foi ator decisivo na manutenção da CCT nacional. Entretanto, nesse período, não conseguiu romper o isolamento político em que os trabalhadores do BB e da CEF foram lançados pelo governo

federal. Isso só se tornou possível a partir de 2003, com a posse de Lula e o início de um governo popular. Em 2006, buscando garantir uma forte entidade representativa não apenas aos bancários, a CNB/CUT deu lugar à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), que, em 2008, obteve registro e reconhecimento legal do Ministério do Trabalho. Única do gênero no país, a CCT nacional dos bancários é fruto de um complexo processo

As conquistas da CCT

Em 2012, quando os bancários alcançaram o nono ano consecutivo de aumento salarial real, a CCT contava com 64 cláusulas. Ainda que sua construção seja um processo permanente, alguns acontecimentos e conquistas marcantes destacam-se nesses últimos 20 anos.

1992

Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho, válida para todo o país.

1994

Conquista do vale-alimentação. Encarecimento das demissões: pagamento de adicional para os bancários demitidos sem justa causa.

1995

Bancários são a primeira categoria a conquistar Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em acordo coletivo. Extensão do vale-alimentação para as bancárias em licença-maternidade.

1997

Complementação salarial para afastados por doença ou acidentes. Conquista da verba de requalificação profissional na demissão. Criação da comissão permanente de saúde.

1998

Implantação do Programa de Prevenção, Tratamento e Readaptação de LER/Dort. Avanços na igualdade de oportunidades. Programa de reabilitação profissional.

2000

Inclusão na CCT da cláusula sobre Igualdade de Oportunidades.

2003

Pela primeira vez, a CNB/CUT e o BB assinam um acordo: reconhece-se os sindicatos de base e a confederação cutista como legítimos representantes dos funcionários. Primeira campanha salarial unificada.

Com greve, bancários dos bancos públicos conquistaram a mesma PLR e reajuste salarial dos bancos privados.

2004*

BB e CEF assinam pré-acordo em que se comprometem a seguir as cláusulas da Fenaban.

A primeira greve unificada da categoria desde 1993 conquista aumento salarial acima da inflação, o que se repetiu consecutivamente por todos os anos seguintes.

2005

Após greve vitoriosa, o BB assina pela primeira vez a CCT da categoria. Empregados da CEF conquistam equiparação do valor da cesta-alimentação da CCT.

2006

Conquista do valor adicional de PLR. Pela primeira vez, a CEF assina a CCT. Implantação junto à Fenaban de grupo de trabalho para debater assédio moral.

2007

Conquista da 13ª cesta-alimentação.

2008

Alteração, após 11 anos, da regra básica da PLR.

2009

Licença-maternidade de 180 dias. Mudança no modelo de cálculo e melhoria da PLR adicional. Inclusão dos parceiros de mesmo sexo nos Planos de Saúde.

Programa de reabilitação profissional.

2010*

Inclusão de uma cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral. Garantia de transferência em caso de sequestro. Obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência; divulgação de estatística semestral do setor sobre assaltos.

2011*

Proibição da publicação de rankings individuais de produtividade. Ampliação do aviso prévio proporcional. Proibição do transporte de numerário por bancários. Garantia de reuniões trimestrais para apresentação de indicadores sobre igualdade de oportunidades.

2012*

Afastados por problemas de saúde que aguardam o recebimento do benefício do INSS passam a ter sua remuneração mantida pelo banco. A Fenaban se compromete a realizar novo censo da categoria. Implementação de projeto piloto de segurança bancária.

* Nesses anos, e em 1996, o piso teve valorização superior ao aumento real conquistado pela categoria.

democrático. Ele se inicia com as consultas e reuniões que cada sindicato realiza junto aos trabalhadores de sua base em bancos privados e públicos para saber quais reivindicações deverão compor a minuta que será entregue aos banqueiros. O resultado desse levantamento é levado às assembleias sindicais para aprovação. Nessa oportunidade, também são eleitos os delegados à Conferência

Estadual, onde, por sua vez, são escolhidos os representantes para a Conferência Nacional. Nesse evento, é elaborada a pauta que é debatida, em mesa de negociação, pela Fenaban e pelo Comando Nacional dos Bancários, composto por dirigentes da Contraf/CUT, das federações e dos maiores sindicatos do país. Ao mesmo tempo, as Comissões de Empregados do BB e da CEF assessoram o Comando

Nacional nas tratativas com a direção desses bancos sobre as reivindicações específicas dos trabalhadores dessas instituições. A aceitação ou recusa das propostas das instituições financeiras, bem como as estratégias de mobilização para pressioná-las, cabem somente às assembleias promovidas por cada sindicato em suas respectivas bases, fechando o ciclo que mantém o poder decisório nas mãos dos bancários. ■

EMPREGO, RENDA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Entre 1993 e 2002, os trabalhadores brasileiros viveram uma tragédia cujos atores principais eram o desemprego, o arrocho salarial e a precarização das relações de trabalho. No caso dos bancários, o extraordinário volume de demissões e o acelerado processo de terceirizações, em especial, colocaram os trabalhadores na defensiva. Buscando reverter esse quadro, o Sindicato se engajou intensamente em um variado espectro de ações que objetivavam resistir aos diversos ataques desferidos pelos patrões e pelo governo federal contra o emprego, a renda e a legislação reguladora das relações de trabalho no país. Partindo de demandas da categoria e articulando-as com lutas partilhadas pelos demais trabalhadores brasileiros, o Sindicato protagonizou algumas das mais importantes campanhas realizadas pelo movimento sindical no período.

Em 1993 e 1994, a renda dos trabalhadores sofreu duros golpes. Primeiro, uma aceleração inflacionária. Depois, perdas decorrentes da implantação da nova moeda, o Real. Para conter esse processo, o Sindicato encabeçou campanhas que contagiaram os trabalhadores brasileiros. Em 1993, “Mensal Já” foi o mote para a reivindicação de reajustes salariais mensais com base no Índice do Custo de Vida (ICV-Dieese). Em agosto de 1993, em uma vitória parcial dos trabalhadores, o Congresso



■ Na implantação do Plano Real, os salários foram convertidos para a nova moeda pela média dos últimos meses e os preços das mercadorias por seu último valor. O Sindicato destacou-se na campanha nacional promovida pela CNB/CUT que exigia a conversão dos salários pelo pico

Nacional aprovou a lei que estabelecia a reposição mensal da inflação – com um redutor de 10% – e a recomposição de todas as perdas de quatro em quatro meses.

Em 1994, “Real: só acredito tendo” foi a palavra de ordem para denunciar que, na mudança do Cruzeiro Real para o Real, houve perda salarial, levando o Sindicato a lutar pela recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Além disso, reivindicava-se a vinculação do salário mínimo à variação, calculada pelo Dieese, dos preços da cesta básica e a criação de um “gatilho salarial”, isto é, a garantia de que, a partir de uma determinada inflação, o mesmo percentual seria imediatamente aplicado aos salários. Apesar da pressão, o governo se recusou a negociar com o movimento sindical e

os partidos progressistas sobre a recuperação dessas perdas.

INÍCIO DO GOVERNO FHC: ARROCHO E DESEMPREGO

Em 1995, primeiro ano do mandato presidencial de FHC, os efeitos recessivos do Plano Real se tornariam mais evidentes. Arrocho salarial, desemprego, falência de pequenos e médios proprietários rurais e falta de investimento em serviços essenciais, como saúde e educação, eram os custos sociais da estabilidade econômica tal como implementada. Os banqueiros, apesar de receberem bilhões de reais do Proer não tinham quaisquer compromissos com a manutenção de empregos, nem com a requalificação profissional dos trabalhadores. Empreendendo uma ampla e variada atuação, que ia das

■ Em 1993, por meio de outdoors, cartazes e abaixo-assinados, o Sindicato comunicava-se com a população em geral, envolvendo outras categorias profissionais na luta pela lei que protegeria os salários



“sardinhas” na frente das agências às negociações com o Executivo federal, passando por ações jurídicas e participação em grandes mobilizações, o Sindicato exigia que quaisquer incentivos do governo federal aos empresários fossem condicionados à garantia de contrapartidas sociais.

Depois de passar meses ignorando o crescimento do desemprego no país, o governo começou, a partir de 1996, a usá-lo como desculpa para desferir novos golpes em direitos sociais, alegando que seria necessária a “flexibilização” das leis trabalhistas para estimular a geração de empregos. Não satisfeito, decidiu avançar também sobre o salário mínimo, iniciando um processo de achatamento que persistiria pelos anos seguintes. Assim, por medida provisória, em 1997, Fernando Henrique Cardoso revogou a lei que estabelecia o reajuste anual do salário mínimo no mês de maio pela variação integral da inflação.



■ Os índices de desemprego bateram recordes no governo FHC. O Sindicato engajou-se em várias campanhas com propostas de geração de empregos e redução da jornada de trabalho



■ Contra arrocho salarial e demissões, bancários ocupam agência do Itaú em 1994

Ao lado de organizações como a CNB, a CUT e o MST, o Sindicato procurou resistir à ofensiva neoliberal. Ainda em 1996, participou da campanha nacional Emprega, Brasil – Compromisso Pelo Emprego Já e engajou-se na greve geral articulada por CUT, Força Sindical e CGT. No âmbito legislativo, por meio do vereador Sérgio Rosa, diretor licenciado do Sindicato, conseguiu-se, na Câmara Municipal de São Paulo, a aprovação do projeto de lei que ampliava o horário de atendimento dos bancos (9 às 17 horas). A proposta, vetada pelo prefeito Paulo Maluf, era a ponta de lança de um

movimento nacional. Caso aprovada forçaria os bancos a contratar pessoal, a respeitar os dois turnos e a facilitar a vida dos clientes.

Ao mesmo tempo, o Sindicato lutava nos tribunais. No segundo semestre de 1996, obteve a primeira reintegração de demitidos no Brasil com base na Convenção 158 da OIT. Ratificado durante o governo de Itamar Franco, esse dispositivo legal proibia a demissão injustificada. A “158”, promulgada em 1982 pela Organização Internacional do Trabalho, entidade

■ O Sindicato tem se empenhado na ratificação da Convenção 158 da OIT, que protege os trabalhadores contra demissões imotivadas

com sede em Genebra (Suíça) formada por representantes de governos, empregadores e trabalhadores, passou a ter vigência no Brasil a partir de 5 de janeiro de 1996. Para impedir que os trabalhadores continuassem a se valer desse recurso jurídico, no final desse mesmo ano Fernando Henrique Cardoso retirou o Brasil da Convenção 158 da OIT.

RESISTINDO À OFENSIVA NEOLIBERAL

Em 1997 e 1999, bancários e aposentados da base do Sindicato estiveram presentes nos gigantescos atos públicos contra o modelo econômico que reduzia direitos sociais, aniquilava setores inteiros da indústria nacional e fechava o crédito à produção. Os trabalhadores reivindicavam emprego, reforma agrária, justiça social e manutenção da legislação trabalhista. Vale destacar também a participação do Sindicato, em 1998, na Campanha pelo Emprego, promovida pela CUT e na campanha “Desemprego Dói, Destrói, Desespera. Chega de Cortes”, promovida pela CNB/CUT, denunciando as demissões massivas no setor.

Em 2001, o governo voltou a investir contra os direitos dos trabalhadores, enviando à Câmara dos Deputados o projeto de lei 5.483/01. Se aprovado, ele permitiria que direitos garantidos pela CLT, como férias, FGTS e 13º, fossem “negociados” entre patrões e empregados. O Sindicato e outras organizações mobilizaram-se e



Cartilha Convenção 158

■ Outro mundo é possível: contra a hegemonia neoliberal, o Sindicato apoiou e participou, em 2002, do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre; o evento propunha saídas para a crescente concentração de renda



Revista dos Bancários: nº 75/CEDOC

pressionaram os parlamentares para que não aprovassem o projeto, um verdadeiro golpe nos direitos dos trabalhadores, que já se encontravam em uma correlação de forças desfavorável por causa do desemprego e do baixo crescimento econômico. Apesar das manobras do governo, incluindo a promessa de liberar bilhões de reais para os deputados de sua base de apoio, o projeto não foi aprovado no Congresso.

Em 2002 o governo voltou a apresentar uma proposta de “flexibilização” da CLT. Aprovada na Câmara, ela seguiu para o Senado. Mais uma vez, o Sindicato mobilizou os trabalhadores na luta em defesa de seus direitos. Em 21 de março, os bancários uniram-se a outras categorias, em um grande protesto nacional organizado pela CUT contra o ataque às leis trabalhistas. O Sindicato não era contra qualquer reforma sindical e trabalhista. Mas exigia que esta fosse construída a partir de um amplo debate com a sociedade.

Ao mesmo tempo em que combatia no parlamento federal as propostas do governo de retirar direitos para gerar empregos, o Sindicato atuava junto à Assembleia Legislativa de São Paulo para criar leis que aumentassem as contratações no setor bancário. Em 2002, após muitos anos de pressão do Sindicato, os deputados estaduais finalmente aprovaram o projeto de lei apresentado por Vanderlei Siraque (PT) que determinava a ampliação do horário de atendimento bancário para no mínimo oito horas diárias (9 às 17 horas). O Sindicato estimava em 25 mil as novas vagas necessárias no estado para que o novo horário fosse cumprido. Apesar das evidentes vantagens para clientes e trabalhadores, o governador Geraldo Alckmin não sancionou o projeto de lei.

VITÓRIA DE LULA ABRE PERÍODO DE CONQUISTAS

Em 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais,



■ Na defesa do salário mínimo e da Previdência Social, os bancários aposentados tiveram atuação destacada nos anos neoliberais



■ Em 1999, bancários participam da Marcha dos 100 mil, a maior manifestação contra o governo FHC

os trabalhadores de todo o país esperavam importantes conquistas no que diz respeito a emprego, renda e relações de trabalho. Após seus dois mandatos e os primeiros anos do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, o que se viu foi a ruptura de importantes tendências que marcaram a década anterior. Em dezembro de 2012, a taxa de desemprego do país ficou em 4,6%, o mais baixo índice da série histórica iniciada em março de 2002 pelo IBGE.

Com mais segurança, ampliou-se a participação na luta por melhores salários, o que resultou em uma

seqüência de aumentos salariais reais, inclusive do salário mínimo. As tentativas de “flexibilizar” as relações de trabalho no país não cessaram, mas foram barradas pela firme e decidida atuação do movimento sindical. Mesmo diante de um governo favorável aos trabalhadores, as conquistas do período basearam-se em amplas e diversificadas lutas nas quais, mais uma vez, o Sindicato teve lugar de destaque.

Em 2004, juntamente com a CUT e outras organizações dos trabalhadores, o Sindicato participou da Marcha sobre Brasília, que tinha como um de seus temas centrais a elevação do salário



■ Os bancários participaram da greve geral de 1996 por empregos, salários dignos, respeito aos direitos dos trabalhadores, aposentadoria decente e reforma agrária

mínimo. A mobilização foi exitosa e levou à conquista de aumento real. Entretanto, o Sindicato e outras entidades cutistas entendiam que era necessária uma política de recuperação do salário mínimo. O governo atendeu à reivindicação dos trabalhadores em 2006, quando nova marcha tomou as ruas da capital federal. Após diversas mobilizações e pressões dos trabalhadores, em fevereiro de 2011 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que estabelece a manutenção da política de valorização do salário mínimo até 2015. Entre 2002 e 2010, o salário mínimo tivera uma valorização de 155%, com aumento real de 53,67%.

Assim como a questão do salário mínimo, a luta pelo emprego foi central na atuação do Sindicato ao longo de todo o governo Lula. Em 2007, os bancários e outras importantes categorias estiveram em Brasília para pressionar pela ratificação da Convenção 158 da OIT. Conter as dispensas imotivadas era uma preocupação central para o Sindicato, especialmente diante das grandes fusões que se punham no horizonte do setor financeiro. Entre diversas outras atividades, o Sindicato promoveu abaixo-assinados que

foram encaminhados ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal reivindicando a manutenção de empregos e direitos dos trabalhadores em caso de fusões ou incorporações entre empresas.

Os bancos pareciam estar na contramão de outros importantes setores econômicos. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2007 haviam sido criados 1.617.392 postos de trabalho formais no país. Os bancos geraram apenas 11.170 postos, 8.570 a menos do que em 2006. Como se não bastasse, intensificavam a rotatividade da força de trabalho. Por tudo isso, em fins de 2007, a 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora colocou entre suas prioridades a ratificação da Convenção 158, levando o presidente Lula a encaminhar, no ano seguinte, tal solicitação ao Congresso Nacional, onde ainda aguarda votação.

2008: PROPOSTAS CONTRA A CRISE MUNDIAL

Em 2008, o Sindicato apoiou as ações do governo federal para reduzir os efeitos da crise financeira internacional, inclusive o crescimento do crédito destinado aos investimentos, impulsionado pelos bancos públicos. Entretanto, o Sindicato defendia que os incentivos recebidos pelas empresas deveriam ser condicionados à garantia de emprego, renda e direitos para os trabalhadores. Nesse sentido, mais uma vez, a ratificação da Convenção 158 foi a principal bandeira da 5ª Marcha da Classe Trabalhadora à Brasília,



Em 2012, o Sindicato vai à Avenida Paulista protestar contra demissões no Itaú. Os lucros crescentes dos bancos não têm resultado em garantia de emprego e aumento de contratações

promovida pelas centrais sindicais. Ao mesmo tempo, para manter postos de trabalho no setor financeiro, o Sindicato atuava no Congresso Nacional pela aprovação da MP 443, que autorizava o Banco do Brasil e a Caixa Federal a adquirirem outras instituições financeiras. O Sindicato defendia a inclusão de uma cláusula sobre proteção ao emprego na Medida Provisória. Assim, criavam-se as condições para que o BB adquirisse a Nossa Caixa, último banco estadual paulista (leia mais na pág. 103).

Ainda em 2008, o Sindicato e outras entidades ligadas à CUT apresentaram ao governo um conjunto de propostas para minorar os efeitos da crise sobre os trabalhadores. Além da redução de jornada com manutenção dos salários, apontavam-se a diminuição da taxa básica de juros (Selic), a queda do spread bancário, a redução temporária de tributos federais, estaduais e municipais, a participação direta e permanente das centrais sindicais no acompanhamento das empresas tomadoras de empréstimos com recursos do FAT e do FGTS. Em 2008,

os efeitos da crise financeira internacional no Brasil foram bem menos devastadores do que em outros países. Como o Sindicato defendera desde os anos 1990, o crescimento da renda dos trabalhadores havia fortalecido o mercado interno, dando maior autonomia à economia brasileira frente às instabilidades internacionais.

Em 2009 e 2010, o Sindicato engajou-se nas diversas manifestações promovidas pela CUT e outras centrais sindicais na defesa do emprego e do salário. Em 2010, houve forte atuação pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 231/95 que determinava a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais e elevação em 75% do valor da hora extra. Caso aprovada, o Dieese estimava em 2,5 milhões os novos postos de trabalho que seriam gerados no Brasil.

LUTA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS

No início de 2011, o Sindicato intensificou as pressões pela ratificação da Convenção 158. As demissões no

Campanha por mais contratações, em 2005, parodia o programa televisivo Big Brother. No governo Lula, a luta pelo emprego manteve-se como prioridade, com importantes conquistas nos bancos públicos



setor financeiro eram cada vez mais inaceitáveis. Levantamento do Dieese e da Contraf/CUT mostrava que as dispensas eram feitas para enxugar custos. Tal constatação reforçava estudo realizado pelo Dieese em 2010 que desmentia a afirmação de parte do empresariado brasileiro de que a legislação trabalhista era rígida e precisaria ser flexibilizada. A alta rotatividade do emprego no país mostrava que nem mesmo multas e encargos trabalhistas inibiam os desligamentos. Por isso, em meados de 2011, o Sindicato voltou a participar do Dia Nacional de Mobilização, promovido pela CUT, que não hesitou em reivindicar a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Mesmo em um governo democrático e popular, a legislação trabalhista continuou sendo alvo de ataques. Em 2007, a luta do Sindicato foi para que o Congresso Nacional não derrubasse o veto presidencial à Emenda 3 da lei da Super Receita. Sancionada pelo governo em março de 2007, a lei

Ernesto Izumi, secretário de Imprensa do Sindicato (em primeiro plano), na greve de 2012: nos últimos anos a reivindicação por mais contratações nos bancos ganha destaque



objetivava manter uma base de dados única, no Ministério da Fazenda, e diminuir a burocracia no setor, o que era visto como importante avanço. Entretanto, a Emenda 3, vetada por Lula, determinava a proibição dos auditores fiscais da Receita Federal de atuarem as empresas prestadoras de serviços constituídas por uma única pessoa (a pessoa jurídica, PJ), além de diminuir o poder dos fiscais do trabalho, que não poderiam mais inspecionar e atuar empresas que descumprissem a legislação trabalhista. Para o Sindicato, a aprovação da Emenda 3 estimularia a proliferação do "falso" PJ, isto é, das situações em que a pessoa trabalha todos os dias, em horário regular, numa mesma empresa, mas sem o registro

em carteira. Seria um novo impulso ao processo de terceirização, já intenso no setor financeiro. Atuando junto a parlamentares em Brasília e envolvendo os bancários em manifestações, o Sindicato conseguiu manter o veto presidencial à Emenda 3.

Nova onda de mobilização dos trabalhadores foi empreendida em 2009, quando houve outra tentativa de se votar a derrubada ao veto do presidente Lula. Em 2012, sob novas formas, diversos projetos de lei que estimulariam as terceirizações estavam em tramitação no Congresso Nacional, levando o Sindicato e outras entidades dos trabalhadores a se manterem vigilantes. ■

FUSÕES, AQUISIÇÕES E PRIVATIZAÇÕES NO SETOR FINANCEIRO

A partir dos anos 1990, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou por uma profunda reorganização marcada por diversas fusões e aquisições. O processo deslançou com a primeira edição, em 1995, do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Desde então, mais de 70 bancos passaram por intervenção estatal por meio dos dispositivos do Proer.

O Sindicato criticou veementemente o uso do dinheiro do contribuinte para amparar os bancos. Fomentando amplo debate social, a entidade buscou discutir o assunto com intelectuais em seminários, debates e ciclos de palestras e promoveu várias manifestações públicas, como as intervenções lúdicas em portas de agências bancárias e do próprio Banco

Central. Ao mesmo tempo, apoiava e empreendia ações judiciais contra os gastos do Proer, conseguindo, inclusive, liminar nesse sentido que foi, posteriormente, cassada.

O Proer funcionou como um sistema de garantia da sobrevivência de bancos privados com problemas de caixa e de conta corrente. Ele facilitou, também, a compra de bancos em recuperação

por instituições maiores, muitas vezes estrangeiras, aumentando a participação destas no SFN. Simultaneamente, aprofundava-se a concentração bancária. O Sindicato monitorou os processos de aquisição e fusão no sistema financeiro e lutou contra suas consequências negativas para os clientes, e especialmente contra a redução de postos de trabalho. Iniciada nos anos 1990, essa luta persistiu no século XXI. ■

■ Quase sempre as incorporações no setor financeiro significaram grandes lucros para os bancos e demissões para os trabalhadores. Em 1995, quando o Unibanco incorporou o Nacional, não foi diferente, o que motivou grande luta do Sindicato



Jailton Geraldo/CEDOC

A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES: EM DEFESA DO EMPREGO E DA SOCIEDADE

No setor público, a concentração bancária deu lugar à privatização, que operou um grande desmonte dos bancos estaduais. Assim, além de lutar pela manutenção do emprego, os bancários, apoiados por clientes e organizações da sociedade civil,

mobilizaram-se em defesa do patrimônio público. Do desmonte do Banerj, passando pela prolongada defesa do Banespa e chegando à incorporação da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, o que evitou a privatização do último grande banco estadual do país, o Sindicato

colocou-se como um protagonista nacional da luta contra as privatizações no sistema financeiro. Nesse processo, a intensa resistência dos banespianos entre 1995 e 2000, que mostraremos nas próximas páginas, destacou-se como um símbolo do engajamento dos bancários. ■

■ Cartaz produzido pelo Sindicato denuncia as demissões no ABN-Real, meses após a aquisição, em 2003, do Banco Sudameris



CEDOC



Jailton Geraldo/CEDOC

■ Sérgio Rosa (segundo da direita para a esquerda), diretor do Sindicato, discursa, em 1998, no IX Congresso Nacional dos Funcionários do BB. Defender o banco dos projetos privatizantes tornou-se uma prioridade



Jailton Geraldo/CEDOC

■ Em 1996, o Sindicato levou às ruas bem-humoradas atividades para criticar a maneira como o governo FHC conduzia o Proer



Augusto Creilho/CEDOC

■ Apesar dos grandes danos que causaram aos clientes e funcionários, banqueiros que foram à falência em meados dos anos 1990, além de não serem punidos, receberam recursos do governo



Maurício Moraes/CEDOC

■ Em 2009, o Sindicato protestou contra as demissões no Santander. Tendo adquirido o ABN-Real em 2007, o banco espanhol protagonizou a dispensa de muitos trabalhadores



Genival Luzari/CEDOC

■ Casamento dos banqueiros: nos anos 2000, grandes fusões e aquisições, como a que se deu entre Itaú e Unibanco, continuaram ocorrendo no SFN. Com muita criatividade, mais uma vez o Sindicato empreendeu um amplo e diversificado conjunto de ações em defesa do emprego

A LONGA RESISTÊNCIA DOS BANESPIANOS

Em 28 de dezembro de 1994, o país foi surpreendido pelo abrupto anúncio da intervenção federal nos principais bancos estaduais, com vigência a partir de 2 de janeiro de 1995. Tal acontecimento prenunciava a estratégia privatizante que se tornaria política pública no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Logo nos primeiros dias de 1995, dando início à longa trajetória de manifestações, greves, teatralizações e abaixo-assinados que mobilizou o Sindicato, banespianos e banerjianos convocaram assembleias extraordinárias para definir como combater o chamado Regime de Administração Especial, implantado nos dois maiores bancos estaduais do país. As primeiras manifestações dos banespianos foram de apoio ao banco, na tentativa de demonstrar o apreço de seus funcionários e da população pela instituição. Significativos atos nesse sentido foram os emocionantes abraços à sede do banco até a venda da instituição para o Santander em 2000.

Os banespianos buscaram o apoio do então governador paulista, Mário Covas, e dos deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo para defenderem o banco. O próprio governador prometeu à categoria que não desistiria da instituição, mas, em 1996, sucumbiu ao governo

Com o apoio do Sindicato, nos anos 1990 os banespianos promoveram grandes atos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo contra a venda do banco público



federal, aceitando a entrega do Banespa em troca da renegociação da dívida do estado.

Com a capitulação do governo estadual, o Sindicato mudou imediatamente sua estratégia: várias ações judiciais questionando o Regime de Administração Especial e o processo de privatização foram movidas pela entidade e pelas associações de banespianos em todo o país, com grande êxito na obtenção de liminares que impediam o avanço do processo de privatização. O apoio dos clientes

do banco e da sociedade em geral encorajava os funcionários.

LUTA NAS RUAS, NO PARLAMENTO E NA JUSTIÇA

Buscando lutar em todos os campos possíveis, elaborou-se proposta de reestruturação do banco e um Projeto de Emenda à Constituição Estadual (PEC 04/99), entregues à Assembleia Legislativa com o apoio de mais de 300 mil assinaturas. A PEC 04 garantiria o retorno do controle acionário do Banespa ao governo estadual.



João Vaccari, presidente do Sindicato, discursando em 1999, no Congresso Nacional dos Empregados dos Bancos Públicos

Em sua luta contra as privatizações, o Sindicato se aliava a outras categorias que enfrentavam ameaça similar. Assim, apoiou a grande greve dos petroleiros de 1995 e a mobilização contra a privatização da Vale do Rio Doce. Outra estratégia política importante foi a atuação junto ao Congresso Nacional, o que era facilitado pelo acesso aos deputados eleitos pela categoria bancária.

Em 1998, enquanto dezenas de ações judiciais paralisavam a privatização, manifestações denunciavam a situação, como "as quadrilhas juninas" em frente às agências e o grande ato no Parque do Ibirapuera a favor do plebiscito sobre o Banespa, que reuniu mais de 5 mil pessoas. O apoio popular traduzia a importância do banco para o estado, seja pelo atendimento diferenciado que dava aos clientes, seja por sua grande importância no financiamento de diversos ramos de atividade econômica, com destaque para os pequenos agricultores do interior paulista.



Em novembro de 2000, milhares de banespianos participam de assembleia. Os funcionários do banco lutaram até o último momento contra a privatização

Em 1999, foi a vez da luta pela manutenção da Caixa de Aposentadoria do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp). Desde o início da administração federal, a Cabesp foi alvo de ataques, como sua substituição por uma fundação, ou a troca de suas apólices de seguros pelas de companhias privadas. Entre 1999 e 2000, os banespianos mobilizaram-se contra isso, alertando sobre as possíveis perdas da migração do sistema de seguro da Cabesp para o de uma empresa privada.

LUTA PELO PLEBISCITO

Em 2000, mais de 8 mil banespianos e algo em torno de 50 mil pessoas lotaram a Avenida Paulista em 31 de maio, para entregar à Assembleia Legislativa e ao Tribunal Regional Eleitoral o pedido de plebiscito contra a privatização, enquanto as liminares conseguidas pelos banespianos mantinham a venda do banco em estado de espera.

Diário Popular/CEDOC



No final de abril de 1997, banespianos iniciaram vigília, que se estenderia por vários dias, na antessala da presidência da instituição. O dramático ato buscava forçar a abertura de negociações para impedir demissões e o fechamento de quase 100 agências

Apesar da ampla e diversificada resistência dos banespianos, no final de 2000 as ações judiciais foram derrubadas pelo STF e o processo de privatização foi rapidamente retomado. Em novembro, construindo uma greve que impressionava pela organização e elevada adesão, os banespianos paralisaram completamente a instituição. Apenas atividades essenciais, como o pagamento dos aposentados, foram feitas durante o movimento que antecedeu a venda do banco. Banespianos acamparam

em frente à Assembleia Legislativa pedindo a aprovação do plebiscito sobre a privatização. Novamente, mais de 5 mil pessoas lotaram as imediações da Assembléia em um grande ato público. A paralisação só terminou por ordem do TST, que considerou a greve abusiva e ordenou o retorno dos funcionários a seus postos. Complementando um dos momentos mais dramáticos da luta em defesa do banco, em seu retorno ao trabalho os banespianos foram recebidos pela solidariedade dos correntistas.

Em 2000, segundo pesquisa do Datafolha, 53% dos paulistas eram contrários à privatização e 74% acreditavam que a melhor maneira de decidir o rumo do banco seria por plebiscito. Apesar disso e de todos os esforços do Sindicato e da grande luta dos banespianos ao longo de seis anos, o governo FHC conseguiu derrubar a última das liminares que impediam o leilão. Em 20 de novembro de 2000, o maior banco estadual do país foi vendido ao grupo espanhol Santander por R\$ 7,05 bilhões, 286% mais que o valor pedido na avaliação do banco.

APÓS A PRIVATIZAÇÃO, A LUTA CONTINUA

A batalha pelo banco estava perdida, mas a guerra pela garantia de emprego dos banespianos ainda prometia muitos *rounds*. No dia seguinte à venda, a mobilização dos funcionários já se fazia presente, com



■ Frente aos ataques neoliberais dos anos 1990, o Sindicato desenvolveu ampla campanha em defesa dos bancos públicos

a organização dos trabalhadores para negociar o processo de transição. Em 2001, importantes vitórias já foram conseguidas: a estabilidade no emprego por um ano, que, apesar de interrupções, seria renovada até 2006, e a da pré-aposentadoria de 36 meses. Isso possibilitou que milhares de banespianos pudessem se aposentar. Nos anos seguintes, outras importantes conquistas, como a cláusula da licença remunerada pré-aposentadoria ("pijama") evitaram a demissão de outros tantos trabalhadores entre 2004 e 2010.

O novo administrador da instituição buscou alterar o perfil do banco, implantando seu próprio perfil de funcionário. Para forçar os banespianos a desistirem de seus empregos, diversos Planos de Demissão Voluntária promoveram o "enxugamento" do antigo Banespa, ao mesmo tempo que atacavam a cultura da organização e de seus funcionários. Com isso, as condições

de trabalho e a qualidade de diversos serviços se deterioraram.

A reação do Sindicato foi promover campanhas pela contratação de mais funcionários pelo Santander/Banespa. Buscando envolver os bancários e obter apoio da população, o Sindicato lançou mão de todas as estratégias possíveis, incluindo procissões em que os funcionários saíam às ruas vestindo preto e carregando cruzes, denunciando o enterro do próprio emprego.

Apesar das diversas mudanças implementadas após a privatização, o Santander ainda carrega heranças do Banespa e de seus funcionários. O banco é o único, entre as instituições privadas, que possui um acordo coletivo de trabalho aditivo à CCT nacional, assegurando conquistas específicas de seus trabalhadores. Para a categoria e o Sindicato, a luta pelo Banespa serviu de lição na defesa do outro banco público paulista: a Nossa Caixa. ■

■ A LUTA DOS FUNCIONÁRIOS DA NOSSA CAIXA

Em 16 de julho de 2001, já no final do segundo governo FHC, com o apoio do então governador paulista Geraldo Alckmin, um projeto de privatização da Nossa Caixa foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Durante uma sessão apressada, o governo estadual conseguiu autorização para vender 49% das ações da Nossa Caixa.

Imediatamente, o Sindicato iniciou a coleta de assinaturas para abaixo-assinado demandando projeto de referendo popular contra a privatização iminente. Atuação que continuaria nos anos seguintes. A luta pela preservação da Nossa Caixa se intensificou a partir de 2007, quando o Sindicato retomou suas ações contra a privatização, denunciando as intenções do então governador José Serra. Fortalecidos pelo crescimento das mobilizações da categoria desde 2003, os bancários ampliaram passeatas, abaixo-assinados, encontros com representantes do governo e outras ações em defesa da Nossa Caixa.

Em 2009, devido à forte atuação do Sindicato junto ao governo federal, a Nossa Caixa foi incorporada pelo Banco do Brasil, escapando assim da privatização e assegurando uma significativa vitória dos bancários na defesa do patrimônio público. ■



■ Milhares de bancários da Nossa Caixa participam do Encontro Nacional



■ Em 2005, evento da campanha Privatiza Não, em defesa da Nossa Caixa como banco público



■ Funcionários da Nossa Caixa abraçam o prédio da sede em 2009. O Sindicato garantiu a manutenção do emprego e que os trabalhadores comissionados mantivessem seus postos

COMBATENDO A TERCEIRIZAÇÃO COMO PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO

Desde os anos 1990, a intensificação dos processos de terceirização por parte das instituições financeiras tem afetado negativamente os bancários. A terceirização avançou em quase todas as áreas do sistema financeiro, diminuindo o número de bancários, precarizando serviços e promovendo indiretamente o achatamento do salário da categoria, funcionando assim como importante mecanismo de redução de custos para as empresas.

Terceirizar significava retirar da responsabilidade dos bancos um conjunto de procedimentos, essenciais ou não, às atividades-fim do sistema financeiro.

Assim, diversas tarefas que eram realizadas por bancários diretamente contratados pelos bancos passaram a ser desempenhadas por funcionários terceirizados contratados por empresas que, frequentemente, oferecem baixíssimos salários e precárias condições de trabalho.

Nos últimos 20 anos, o Sindicato moveu uma luta ampla, contínua e difícil contra as terceirizações no sistema financeiro. Mantendo contato com os trabalhadores, organizando greves, produzindo jornais específicos, negociando quando possível e empreendendo outras ações, o Sindicato buscou centralmente organizar os trabalhadores terceirizados na luta



Na campanha salarial de 2009, os terceirizados em greve realizam protesto na Avenida Paulista com máscaras do Terceiro Man, personagem da Superliga dos Bancários

por direitos. Ainda que haja controvérsias sobre a representação legal, em inúmeras ocasiões o Sindicato posicionou-se como representante “de fato” desses trabalhadores, não deixando de pressionar os maiores responsáveis pelos problemas gerados: os bancos. Além da ação direta, o Sindicato procurou mobilizar recursos legais disponíveis para questionar a evidente precarização e tem buscado uma solução duradoura para o problema junto aos poderes Executivo e Legislativo federais na formulação ou apoio a projetos de lei que restrinjam o processo de terceirização.

Historicamente, a terceirização nos bancos começou com os serviços de limpeza e de transporte de valores. Em um segundo momento, ela avançou para as áreas de numerário, teletendimento, cobrança, serviços relacionados à tecnologia da informação, abertura de contas, análise de crédito, entre outras. Nos últimos 20 anos, o Sindicato levou adiante diversas denúncias de desrespeito aos direitos trabalhistas dos funcionários vinculados às empresas que eram contratadas para executar atividades bancárias.

Destaca-se, na década de 1990, a luta sindical contra a terceirização da compensação de cheques, atividade



Em 2007, o Sindicato disponibilizou computadores para que os trabalhadores pudessem enviar suas mensagens aos parlamentares no Congresso Nacional contra a Emenda 3. Mais uma grande luta contra leis que pretendem aprofundar as terceirizações

considerada essencial no sistema financeiro, que após intensa mobilização e confrontos atingiu diversos veículos de comunicação com a denúncia da facilidade de quebra do sigilo bancário viabilizada pelo repasse do serviço para terceiros. Na década seguinte, diversas greves atingiam os serviços de processamento de caixas eletrônicos, já amplamente terceirizados. O movimento chegou inclusive a conquistar vale-alimentação, piso nacional e aumentos significativos no vale-restaurante para os trabalhadores da maior empresa prestadora de serviços à época.

Outra forma de terceirização que ganha força desde os anos



O Sindicato vai aos locais de trabalho para organizar os terceirizados na luta por seus direitos, como representante “de fato” desses trabalhadores



Trabalhadores terceirizados fazem assembleia na Quadra do Sindicato durante a greve de 2006

1990 é o “falso PJ”. Para eliminar o vínculo trabalhista, os bancos “convidam” seus funcionários a abrirem “firma” e virarem pessoas jurídicas, prestadores de serviço. Com isso, tais trabalhadores perdem direitos básicos como PLR, férias, 13º salário, Fundo de

Garantia etc. Para o Sindicato, o processo é uma evidente fraude: ainda que não tenha um vínculo como funcionário, o “falso PJ” trabalha todos os dias, em horário regular, numa mesma empresa, mantém relação de subordinação, mas sem o registro em carteira.

Como vimos no texto “Emprego, renda e relações de trabalho” (pág. 92), em 2007 o Sindicato foi contra a aprovação da Emenda 3, que possibilitava a proliferação do “falso PJ”, no Projeto de Lei que criava a Super Receita. Em 2012, frente a novas tentativas de se aprovar projetos de lei que degradariam conquistas históricas dos trabalhadores organizados, o Sindicato mobilizou-se mais uma vez, somando forças com trabalhadores de outras categorias, acadêmicos, jornalistas e juízes do trabalho.

Em meados dos anos 2000, já se estimava em 360 mil os trabalhadores que atuavam em diversas formas de trabalho diretamente relacionadas à intermediação financeira no país, mas que estavam desvinculados da CCT dos bancários. Além de constituírem um grande volume de trabalhadores, os terceirizados vêm desempenhando, cada vez mais, papéis vitais no funcionamento do sistema financeiro. Ao lado deles, o Sindicato tem se engajado em grandes lutas pela conquista e a ampliação de direitos. Para a entidade, o aprofundamento desse processo é fundamental. Por isso, o Sindicato, que desde 2006 busca fortalecer a Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), empenha-se para ser o representante legal dos terceirizados que atuam no setor. ■



■ Raquel Kacelnikas, secretária-geral do Sindicato, discursa em evento promovido pela entidade que reuniu, em 2011, representantes dos trabalhadores e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

■ Nos anos 1990, o Sindicato já sintetizava a luta dos terceirizados no mote: “Quem faz serviço bancário, bancário é”



■ Produzindo materiais próprios ou recorrendo à grande imprensa, o Sindicato tem denunciado as diversas mazelas oriundas da terceirização

Terceirização via correspondentes bancários

No século XXI, sob novas formas, o processo de terceirização continuou avançando. Isso é especialmente visível no caso dos correspondentes bancários, que, apenas entre maio de 2011 e julho de 2012 passaram de 160 mil para 332 mil. Em abril de 2000, durante o governo FHC, a Resolução 2.707 do Conselho Monetário Nacional autorizou pontos comerciais a estabelecerem convênios com instituições financeiras para a prestação de serviços bancários.

A ideia original do correspondente bancário era atender regiões distantes, onde o atendimento bancário era precário. No entanto, de forma crescente os bancos passaram a utilizar o correspondente bancário como primeiro atendimento para camadas mais pobres da população, segmentando o acesso dos clientes ao serviço bancário. As agências seriam reservadas apenas a clientes capazes de comprar uma carteira de serviços mais rentável aos bancos.

Há mais de uma década, o Sindicato vem atuando contra tal desqualificação do trabalho bancário e discriminação dos clientes. Ainda no ano 2000, organizou a criativa campanha “Banco não vende pão. Padaria não troca cheque!”. Dirigindo-se à população, o Sindicato denunciava a precariedade das condições de segurança a que trabalhadores e clientes estavam submetidos nos locais em que atuavam como correspondentes



■ O Sindicato vem lutando contra o acelerado crescimento de correspondentes bancários. Além de precarizar condições de trabalho e retirar direitos dos trabalhadores, esse tipo de serviço bancário é uma forma de discriminar os clientes

bancários, que, à época, expandiam-se principalmente no segmento de casas lotéricas e correios. Apesar de seus funcionários não terem nem o treinamento nem as garantias sindicais dos bancários, o convênio entre casas lotéricas e CEF para a prestação de serviços bancários permanece até os dias de hoje, ao contrário do que ocorreu com padarias e farmácias.

Em 2011, a ampliação excessiva dos correspondentes bancários chegou a tal ponto que era possível encontrá-los trabalhando dentro das agências. Nesse ano, o Sindicato participou da audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater projeto de decreto legislativo do deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), que questionava a ampliação da atuação dos correspondentes. Além disso, atuou



como organizador do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e participou das discussões na Conferência Nacional dos Bancários, que apontaram a urgência de representar esses trabalhadores e aumentar a pressão pela mudança das resoluções do Banco Central sobre a atuação dos correspondentes bancários.

Em dezembro de 2011, fruto da pressão das entidades dos trabalhadores, a Resolução 4.035 proibiu o uso de correspondentes dentro das agências. Para o Sindicato, entretanto, isso é insuficiente: o que se deve assegurar é o atendimento de qualidade feito por bancários em agências e Postos de Atendimento Bancário a todos os cidadãos brasileiros, o que garantirá, também, a ampliação dos postos de trabalho no setor. ■

FINANCEIRAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Uma das primeiras modalidades de terceirização no sistema financeiro foi a criação da figura do financiário. Nos anos 1990, quase todos os conglomerados financeiros que atuavam no sistema financeiro segmentaram algumas áreas relacionadas a oferta de crédito. Criando empresas especializadas em compra de cheques, financiamentos e empréstimos, funções que poderiam ser desempenhadas por bancários, as instituições financeiras ampliavam a categoria dos financiários, que seria submetida a salários menores, jornadas de trabalho extenuantes, não pagamento de horas extras e à pressão para não participarem do movimento sindical.

Além de denunciar os juros extorsivos cobrados pelas financeiras, o Sindicato moveu uma exitosa luta pela representação dos financiários. Desde 1979, é responsável pela condução das negociações do acordo coletivo da categoria. A enorme disparidade de direitos entre financiários e bancários, vigente especialmente na década de 1990, tem sido reduzida nos últimos anos, estendendo-se aos financiários conquistas dos bancários, como PLR, jornada de 6 horas e cláusula de combate ao assédio moral. Em que pese tal vitória, o processo de terceirização continuou avançando nas financeiras com a criação da figura do “promotor”, destituído dos direitos



Em 1997, o Sindicato organizou a paralisação dos trabalhadores de uma das maiores financeiras do país, obtendo importantes conquistas



Raquel Kacelnikas, secretária-geral do Sindicato (centro), ao lado dos dirigentes Jair Alves e Ivone Silva em mesa de negociação com representantes das financeiras. Na última década, os financiários ampliaram seus direitos

dos financiários. Em alguns casos, apenas os diretores das empresas são enquadrados na categoria. Assim, mais uma frente de lutas impõe-se ao Sindicato na representação dos cerca de 5 mil financiários que atualmente estão em sua base.

Adesivo de campanha. Desde os anos 1990, o Sindicato luta para equiparar os direitos de bancários e financiários



COOPERATIVISMO E OS TRABALHADORES

Há décadas, o Sindicato tem sido um defensor do cooperativismo como forma alternativa de geração de trabalho e renda, cujo modelo de autogestão valoriza pessoas em vez do lucro. A entidade tem ressaltado o papel fundamental das cooperativas no oferecimento à população de opções mais justas e vantajosas para contrair o crédito e chegar a locais mais afastados, onde os bancos não estão presentes. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o setor no Brasil reúne mais de 9 milhões de associados e gera 300 mil empregos diretos. Apesar da participação das cooperativas de crédito representar apenas 2% nos ativos de crédito da economia, em dez anos elas tiveram crescimento de 600% no estoque de empréstimos e financiamentos, chegando seus ativos a R\$ 130 bilhões em fins de 2012.

Além de manter iniciativas próprias de cooperativismo, o Sindicato representa os trabalhadores em cooperativas de crédito. Nos últimos anos, aumentos salariais reais consecutivos vêm sendo obtidos. Atualmente, o Sindicato tem protagonizado o debate para estabelecer um piso nacional para os trabalhadores em cooperativas de crédito. ■

O Sindicato na luta pela Previdência

Nas últimas duas décadas, o Sindicato tem se destacado entre as organizações dos trabalhadores nos debates nacionais sobre previdência pública e complementar. A entidade vem colaborando decisivamente na formulação de propostas para que associações profissionais, centrais sindicais e sindicatos possam criar fundos de pensão fechados. Eles teriam como finalidade complementar a aposentadoria dos associados, evitando que tenham uma queda abrupta de rendimentos quando deixem de trabalhar. Para os dirigentes sindicais bancários, o objetivo não é desobrigar o Estado de suas responsabilidades sociais nem descarregar o ônus nas costas dos trabalhadores. Almeja-se o necessário aprimoramento da legislação e fiscalização dos fundos de pensão, garantindo transparência e democratização.

Nos últimos anos, algumas reivindicações relacionadas à Previdência vêm se destacando nas campanhas salariais da categoria. Por um lado, ganha



força a luta pela extinção do fator previdenciário, conquista que terá reflexos para todos os trabalhadores do país. Por outro, defende-se a criação de novos planos de previdência complementar fechados, a exemplo do que já ocorre em alguns bancos, nos quais há eleição e gestão compartilhada, permitindo que os bancários fiscalizem e deliberem sobre o futuro dos fundos. ■

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA PARA UM PAÍS MENOS DESIGUAL

Trabalhando em um dos setores mais lucrativos da economia brasileira nos últimos 20 anos, os bancários desenvolveram uma aguda consciência da enorme disparidade entre os ganhos das empresas e os dos trabalhadores. Para reduzir essa distância abismal, além das campanhas salariais, o Sindicato empreendeu um amplo repertório de ações, entre as quais ganhou destaque a luta por mais justiça tributária. Atuando junto aos poderes Executivo e Legislativo, mobilizando os trabalhadores nas ruas ou movendo ações judiciais, o Sindicato obteve vitórias que preservaram ou ampliaram a renda dos bancários e, em mais de uma ocasião, dos trabalhadores brasileiros em geral. São importantes destaques nos anos mais recentes as conquistas das correções na tabela do imposto de renda e a isenção sobre o recebimento de PLR de até R\$ 6 mil e menores descontos para os que recebem valores superiores.

Durante todo o governo de FHC, a tabela do imposto de renda sofreu somente um reajuste de 17,5%, em 2002, que, entretanto, só valeria para o ano seguinte. Assim, milhões de pessoas que eram isentas começaram a "contribuir" e muitos mudaram de faixa de desconto. Além disso, em 1995, o governo instituiu a nova alíquota de 27,5%. Para reverter esse quadro, já em fins de 1996 o Sindicato preparou projeto para reduzir o IR na fonte. Propunha-se a desoneração dos salários e a taxação das grandes fortunas. A partir de 1998, com a eleição de Ricardo Berzoini, ex-presidente do Sindicato,



Luiz Cláudio Marcolino, então secretário-geral do Sindicato, discursando, em 2004, em passeata pela correção da tabela do IR

para a Câmara Federal, as propostas de correção da tabela do IR se intensificaram. Em 2001, o Sindicato protagonizou a campanha "Chega de confisco, pela correção imediata da tabela do IR", que recolheu milhares de assinaturas para pressionar a Câmara dos Deputados. Entretanto, o governo se manteve irredutível, reproduzindo as brutais distorções do sistema tributário brasileiro.

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, os trabalhadores encontraram um cenário mais favorável para a luta por uma tributação mais justa. Para o Sindicato, atualizar a tabela do IR era fundamental para recompor o poder de compra dos trabalhadores e aumentar o consumo, alavancando diversos setores e gerando



"Morda o leão antes que ele te morda": criatividade e bom humor não faltaram na atividade em que o Sindicato distribuiu chocolates aos bancários para divulgar a campanha PLR sem IR

mais emprego. Buscando pressionar o governo federal e o Congresso Nacional, o Sindicato envolveu-se em muitas campanhas. Em fins de 2003, participou das mobilizações promovidas pela CUT Estadual-SP. No ano seguinte, junto com os metalúrgicos do ABC, o Sindicato lançou nova campanha e, em dezembro, uma delegação da entidade



Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato, e outros representantes dos trabalhadores entregam, em 2011, o abaixo-assinado reivindicando PLR sem IR a Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados. Das 200 mil assinaturas, 117 mil eram de bancários

participou da Marcha sobre Brasília, grande mobilização nacional que, finalmente, conquistou correção de 10% na tabela do IR para 2005.

Em 2006, o Sindicato, junto com a CUT e as demais centrais sindicais, voltou a negociar com o governo e obteve mais uma correção de 8% na tabela do IR. Antes do fim do ano, ainda se conquistaria mais 4,6% de correção e a garantia de reajustes para os anos seguintes. Em dezembro de 2008, finalmente os trabalhadores brasileiros conquistariam uma antiga reivindicação: o aumento do número de faixas salariais na tabela do imposto de renda. Desde 1996, a tabela tinha apenas três faixas: isento, 15% e 25% (esta alterada, em 1998, para 27,5%). A partir de 2009, teria-se, além dos isentos, os tributados em 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

Em janeiro de 2011, os trabalhadores intensificaram a pressão pela regulamentação da correção da tabela do IR pela inflação do ano anterior e, no fim do ano, o Sindicato protagonizou



Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato, ao lado do presidente da CUT, Artur Henrique, em reunião com os ministros (da direita para esquerda) Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), Carlos Lupi (Trabalho) e Guido Mantega (Fazenda) para discutir a correção da tabela IR e o novo valor do salário mínimo, em 2011

uma ampla campanha pelo fim da incidência do Imposto de Renda sobre a PLR dos trabalhadores. Enquanto o deputado federal Ricardo Berzoini elaborava projeto de lei sobre a isenção, a entidade envolvia a categoria na coleta de assinaturas para um abaixo-assinado, que foi apresentado ao Congresso Nacional e ao governo federal.

Em 2012, bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos e urbanitários



Em 2012, Sindicato faz grande paralisação nas agências da Avenida Paulista em manifestação pela PLR sem IR

retomaram com toda carga a campanha pela isenção do imposto de renda na PLR dos trabalhadores. Manifestações em várias cidades culminaram em uma mobilização em Brasília para pressionar o Congresso Nacional. Coroando tais esforços, no final desse mesmo ano a presidenta Dilma Rousseff assinou medida provisória que assegurou, a partir de 2013, isenção para aqueles que recebem PLR de até R\$ 6 mil e menores descontos de IR para os que recebem valores superiores. ■

RECUPERANDO DIREITOS TAMBÉM NA JUSTIÇA

A no após ano, quando o Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulga o ranking das empresas com maior número de processos trabalhistas em fase de execução, etapa em que a Justiça já reconheceu que o trabalhador tem direito àquilo que reclama, constata-se que diversos bancos aparecem nas primeiras posições da lista. Tal quadro expressa o que o Sindicato constantemente vem denunciando e combatendo: desrespeito à jornada de trabalho, horas extras não remuneradas, falso comissionamento que obriga à sétima e oitava hora, desvio de função, ausência de equiparação salarial etc.

Diante de tais práticas recorrentes, a opção do Sindicato é pela organização dos trabalhadores e pela negociação direta com os bancos. Entretanto, quando tais mecanismos se esgotam, devido à intransigência das instituições financeiras, o Sindicato não hesita em recorrer a todos os instrumentos jurídicos para defender os interesses dos trabalhadores.

Infelizmente, o desrespeito à legislação por parte dos bancos não é algo recente. Em meados dos anos 1990, o Sindicato era responsável pela maior carteira de processos de São Paulo. Na ocasião, habituados a reduzir seus custos com automação, terceirização e, conseqüentemente, demissões, os bancos também eram recordistas em economizar à custa da violação de direitos dos empregados. Para assegurar a defesa dos trabalhadores, o Sindicato consolidou



Em 2003, mais de 800 beneficiários reúnem-se para receber a "Ação dos 3%", movida pelo Sindicato contra o Banco do Brasil. Iniciada em 1975, ela pleiteou a correta aplicação de índice de reajuste salarial



Demitidos do Banespa são reintegrados em 1996 devido à ação judicial movida pelo Sindicato

e ampliou seu Departamento Jurídico nas últimas duas décadas.

Por meio do Departamento Jurídico, o Sindicato travou lutas de grande repercussão pública, como aquela pela reposição das perdas no FGTS ocasionadas por planos econômicos.

Em 2001, bancários protestam em Brasília pelo pagamento integral das perdas do FGTS relativas aos planos Verão (1989) e Collor I (1990). Em 2005, após 12 anos de luta nos tribunais, decisão judicial assegurou a vitória de ação do Sindicato



Carlos Damarindo, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, entrega cheque a bancário. Mais uma ação exitosa na defesa dos direitos dos trabalhadores

Além da importância dessas batalhas, o Departamento Jurídico tem se destacado pela eficiência de seus serviços cotidianos que, ao longo dos anos, resultaram na recuperação de milhões de reais para bancários e terceirizados em ações trabalhistas coletivas e individuais. ■

LUTA PELA REDUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

Nos últimos 20 anos, os debates sobre as taxas de juros vigentes no país estiveram entre os mais acalorados da política nacional. Situados no coração do sistema financeiro, os bancários encontravam-se em posição estratégica para apresentar o ponto de vista dos trabalhadores sobre o tema e pressionaram os sucessivos governos pela redução das taxas.

Desde meados dos anos 1990, o Sindicato, articulando múltiplas alianças, já empreendia diversas ações denunciando que as elevadas taxas de juros no país interessavam apenas aos banqueiros. Colocadas em altos patamares, elas praticamente inviabilizavam que os créditos se destinassem ao consumo e ao investimento produtivo, o que agravava o quadro de baixo dinamismo da economia nacional. Os bancos preferiam canalizar recursos para a compra de títulos da dívida pública. O Estado, por sua vez, tendo de pagar altas taxas de juros para se financiar, reduzia substancialmente sua capacidade de manter os serviços públicos em adequado funcionamento e de fomentar a economia por meio de investimentos.

A luta movida pelo Sindicato pela redução dos juros durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso continuou com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. A pressão surtiu efeito. Desde então, a Selic, índice que baliza as taxas cobradas pelo mercado, iniciou, ainda que com recuos pontuais, uma trajetória de queda. Mesmo em 2008, diante de forte crise financeira



Ainda que a taxa básica de juros tenha caído de maneira consistente na última década, alguns bancos continuam cobrando elevados juros de seus clientes. O Sindicato vem informando a população sobre tais abusos



Bancários fazem passeata pelo centro da cidade e denunciam, em 1995, os efeitos recessivos da política econômica de FHC

mundial, o governo evitou elevações substanciais, demonstrando que um novo padrão, baseado no crédito ao consumo e ao investimento produtivo, havia se consolidado no país.

O Sindicato formulou propostas, colaborou e pressionou para a implementação da nova política de juros no país. Entretanto, os bancos que atuam no Brasil insistem em manter um dos maiores *spreads* (diferença entre o que os bancos gastam ao captar recursos e quanto cobram ao emprestar esse dinheiro) do mundo. Fato denunciado pelo Sindicato no seminário Política de Crédito, Juros e Spread Bancários no Brasil, promovido, em 2009, pela entidade. Assim, em 2012, quando o governo passou a promover a concorrência entre as instituições financeiras, por meio da redução dos juros nos bancos públicos,

para estimular a diminuição das taxas cobradas dos clientes, o Sindicato apoiou prontamente a medida. Para o movimento sindical, as taxas permaneciam altas porque o mercado bancário brasileiro é extremamente concentrado, levando os bancos a resistirem a reduzir seus preços. Uma vez que o governo poderia baixar juros na CEF e no Banco do Brasil, as instituições privadas se veriam obrigadas a fazer o mesmo sob o risco de perder clientes.

A iniciativa do governo se mostrou acertada e já tem resultado na redução das taxas também nos maiores bancos privados que atuam no país. Atualmente, o Sindicato se mantém atento à elevação de tarifas e à venda casada de produtos, possíveis artimanhas utilizadas pelos bancos para compensar eventuais perdas com os juros mais baixos. ■

■ POR UM SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL A SERVIÇO DE TODA A SOCIEDADE

Por meio do deputado federal Luiz Gushiken, presidente do Sindicato entre 1985 e 1986, os bancários de São Paulo estiveram representados no processo que levou à aprovação, em 1988, da nova Constituição Federal. Nela, estava presente o artigo 192, que definia o papel do sistema financeiro no país. No artigo, entretanto, estabelecia-se que seriam necessárias leis complementares que o regulamentassem. Desde então, o Sindicato apresenta inúmeras propostas nesse sentido. Nos últimos anos, por exemplo, o Sindicato teve destacada atuação em audiências e consultas públicas realizadas pelo Banco Central sobre bônus e PLR para executivos e a respeito dos correspondentes bancários (*leia mais na pág. 107*).

Com essas e outras propostas, o Sindicato busca contribuir para uma reforma capaz de transformar o Sistema Financeiro Nacional em instrumento eficaz na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de políticas de investimento responsáveis, com crédito acessível e juros menores. Além disso, propôs mecanismos que assegurem uma fiscalização rigorosa e eficiente por parte do Banco Central, garantindo transparência e combate a crimes como a lavagem de dinheiro.

Mais amplamente, reivindicam-se mudanças na própria estrutura normativa do sistema financeiro no país, coordenada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ao qual cabe a responsabilidade pelas metas de inflação, taxas de juro de longo prazo e diretrizes gerais de crédito.

Atendendo a decisão do último Encontro Nacional de Bancários, em 2012, foi pauta junto ao governo a realização da Conferência Nacional do Sistema Financeiro, uma vez que outros temas relevantes, como saúde, juventude e comunicação, já foram debatidos com a sociedade. ■



■ Em 2007, o Sindicato participa de ato para denunciar o pequeno volume de crédito concedido pelos bancos à agricultura familiar



■ Charge ironiza a resistência dos banqueiros em contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade



■ Luis Nassif, jornalista especializado em economia, discursa no evento de lançamento de livro produzido pelo Sindicato em 2010

■ PELO DIREITO DE LUTAR: ATUAÇÃO CONTRA PRÁTICAS ANTISSINDICAIS

Previsto no Código Civil, o interdito proibitório é uma ação jurídica relacionada a situações nas quais o direito de posse ou de propriedade está sendo ameaçado. Desde os anos 1990, as instituições financeiras fazem uso deturpado dos interditos, ação intensificada nos anos 2000, à medida que a categoria retomava sua capacidade de mobilização. Valendo-se dos interditos, os bancos, recorrendo à polícia, impedem que os dirigentes sindicais se aproximem dos locais de trabalho e proíbem a utilização de faixas e cartazes. Além disso, se desrespeitadas as determinações judiciais, as organizações dos trabalhadores podem receber elevadas multas. O Sindicato tem atuado nos mais variados âmbitos para conter os interditos proibitórios, que, visivelmente, buscam a inviabilização financeira dos sindicatos e a criminalização do movimento sindical.

Ano após ano, durante as campanhas salariais, o Sindicato trava uma dura disputa jurídica nos tribunais para cassar as liminares obtidas pelos banqueiros, obtendo significativas vitórias. Considerando o interdito proibitório um evidente impedimento ao direito de greve, o Sindicato tem participado – e promovido – de diversas ações para acabar definitivamente com seu uso contra o movimento sindical. Alegando que os interditos impedem os trabalhadores de exercerem seus direitos constitucionais, em 2007



■ Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato, discursa em evento promovido pela entidade em 2009. No fim desse ano, juntando-se aos 40 mil trabalhadores que participaram da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, os bancários exigiram o fim do uso do interdito proibitório contra o movimento sindical



■ Cartaz de campanha realizada em 2008. A OIT, em função de denúncia do Sindicato, comunicou-se em 2012 com o governo brasileiro, notadamente do estado de São Paulo, e recomendou respeito aos princípios do direito de greve dos trabalhadores

bancários e metalúrgicos impetraram ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para eliminar o uso deturpado que os patrões fazem do dispositivo jurídico. Uma decisão do STF pode garantir jurisprudência sobre o tema, pondo fim à guerra de liminares que, mesmo temporariamente, tenta abalar a mobilização dos trabalhadores durante os movimentos grevistas.

O Sindicato tem recorrido, até mesmo, a organismos internacionais para acabar com o uso de interditos proibitórios. Em 2009, denunciou ao Ponto de Contato Nacional do Brasil da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a falta de respeito do Santander e do Itaú Unibanco com a organização dos bancários e o direito de greve, fazendo o mesmo com o BB, em 2011. ■

SEGURANÇA BANCÁRIA PARA PRESERVAR A VIDA

Grande pressão pelo cumprimento de metas e longas jornadas diárias são apenas alguns dos elementos que passaram, nos últimos 20 anos, a compor as condições de trabalho cotidianas de boa parte dos trabalhadores brasileiros, com resultados nocivos sobre a sua saúde mental e física. Entre os bancários, outras questões mais específicas, como a maior exposição a assaltos e sequestros, vêm dando maior evidência ao problema, fomentando um amplo e diversificado conjunto de ações e reivindicações do Sindicato em relação ao que se convencionou chamar de segurança bancária.

No início dos anos 1990, a primeira luta do Sindicato foi para levar os banqueiros a reconhecerem que o tema não era apenas um assunto técnico ou administrativo, mas algo profundamente relacionado às condições de trabalho e saúde da categoria. Nesse sentido, em 1991, a Fenaban concordou com a criação de uma comissão paritária para tratar do tema segurança, nunca instalada. Em 2007, os bancos pretenderam retirar o assunto da CCT, o que foi prontamente rechaçado pelo movimento sindical.

Desde os anos 1980, o Sindicato luta pela instalação de portas de segurança nas agências bancárias. O debate, além de ser feito com os banqueiros, envolve toda a sociedade e por isso são apoiados pela entidade projetos de lei que visem à redução de riscos à vida dos trabalhadores e



■ Sérgio Rosa, vereador e diretor licenciado do Sindicato, Ricardo Berzoini, presidente, e Manoel Castaño Blanco, diretor (da esquerda para a direita), em reunião com o presidente da Câmara Municipal, Miguel Colassuono, entregam publicação da entidade sobre segurança bancária (no detalhe)



clientes. Quanto ao fechamento da agência e à emissão automática de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para todos os trabalhadores em quaisquer ocorrências de assalto, os banqueiros têm se mostrado muito mais intransigentes. Inúmeras vezes, por meio de suas lutas cotidianas, o Sindicato conquista tais procedimentos. Em 1997, no acordo coletivo dos trabalhadores da CEF, conseguiu-se a concordância em relação a tais medidas, que até hoje são reivindicadas para o conjunto dos bancos.

Os banqueiros mostraram-se, também, pouco dispostos a reconhecer que o drama vivido em assaltos e sequestros poderia

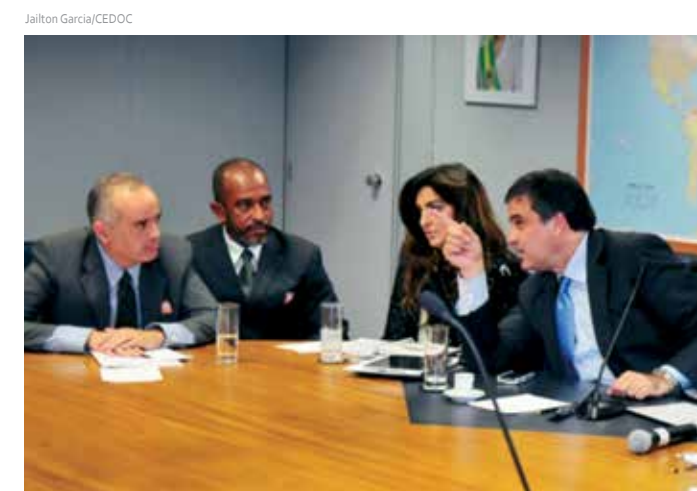
desdobrar-se, posteriormente, em profundos impactos negativos sobre a saúde dos trabalhadores. Acompanhando o sofrimento psíquico de bancários que passaram por essas situações de extrema tensão, o Sindicato tem lutado, desde meados da década de 1990, para caracterizá-lo como acidente de trabalho e para que os bancos ofereçam completo amparo aos trabalhadores. Nesse sentido, importante conquista foi obtida na CCT de 2010, em que se firmou a garantia de transferência de local de



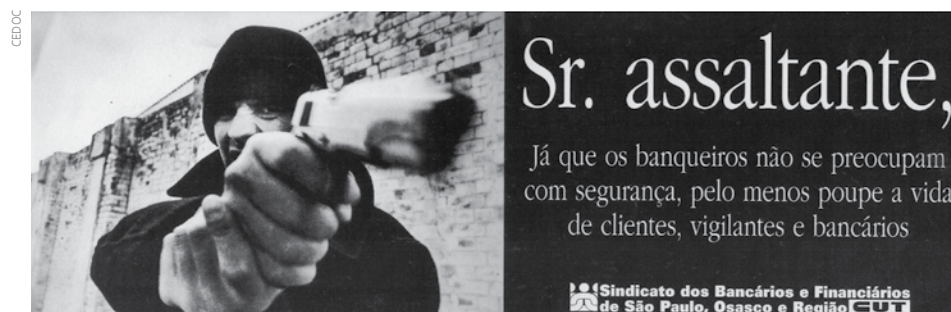
■ Mesa de negociação com a Fenaban sobre o projeto piloto de segurança bancária, conquista da campanha salarial de 2012. A experiência contará com todos os mecanismos de proteção aos bancários, vigilantes e clientes e, se bem-sucedida, deverá ser implementada em todo o país

trabalho em caso de seqüestro e de acompanhamento médico e psicológico no pós-assalto.

Negociando com os banqueiros, mobilizando a categoria, fomentando a elaboração de leis, promovendo seminários e atuando em outros espaços, como na Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (Casp), coordenada pela Polícia Federal, o Sindicato tem agido para reduzir o número de assaltos e sequestros e, principalmente, para garantir amplo suporte aos trabalhadores em casos desse tipo de ocorrência. Sempre defendendo que a segurança das agências e dos locais que têm caixas eletrônicos é de responsabilidade dos bancos e não da segurança pública. ■



■ Daniel Reis, secretário de Organização do Sindicato (esq.) em reunião com José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça (dir.), em 2012



■ Em meados dos anos 1990, com a explosão do número de assaltos a banco, o Sindicato promoveu campanha de grande repercussão



■ Bancários pressionam vereadores de São Paulo, em 2008, por aprovação de lei que tornaria obrigatória a instalação de portas de segurança nas agências. O prefeito Gilberto Kassab não sancionou a lei aprovada

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO TEMAS CENTRAIS PARA O SINDICATO

O trabalho bancário passou por muitas mudanças nas últimas décadas. Desde os anos 1980, a automação se generalizava nos bancos. Novos equipamentos e novas estratégias de gestão dominaram o cotidiano de trabalho, e seus efeitos sobre a saúde começaram a ser rapidamente sentidos. Atualmente, o trabalho bancário está entre os que apresentam grau máximo de risco à saúde dos trabalhadores, conforme classificação da Previdência Social.

Nesse contexto, o Sindicato atua decisiva e constantemente, na luta para reverter o quadro de adoecimento da categoria. São frequentes as denúncias de situações inadequadas nas agências e centros administrativos. As insatisfações de cada trabalhador quanto aos equipamentos e mobiliário fornecidos para o trabalho, muitas vezes desconfortáveis e perigosos para a saúde, são traduzidas em reivindicações coletivas por condições saudáveis de trabalho. Os bancários também contam com a presença constante do Sindicato na formação e acompanhamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).

A fiscalização contínua e a denúncia de arbitrariedades, abuso de poder, imposição de sobrecarga de trabalho, desrespeito à jornada e ao pagamento de horas extras, demonstram que a luta sindical foi fundamental para inibir e alterar



Com criatividade, o Sindicato torna público o adoecimento da categoria devido às metas abusivas



Em 2002, com pioneirismo, Sindicato já promove seminário sobre assédio moral

situações de injustiça vividas no cotidiano dos bancários.

Além das negociações com as instituições financeiras, a entidade

atua ainda em espaços públicos institucionais, intervindo junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conselhos de saúde, assembleias legislativas e poder



Rita Berlofa, secretária de Saúde do Sindicato, discursa em protesto que denuncia as demissões e afastamentos por LER/Dort e transtornos mentais, em 2005

Executivo federal e estadual. Em 2011, aderiu ao Protocolo de Cooperação Técnica da Campanha de Prevenção de Acidentes do Trabalho do TST.

LER/DORT

Ao longo dos anos 1990, o Sindicato reivindicou nas negociações junto à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) o reconhecimento das LER como doenças ocupacionais. Entre 1995 e 1997, participou da elaboração de programa para prevenção e acompanhamento dos casos de LER, realizado em comissão paritária criada para este fim. Nos anos seguintes, iniciou a luta pela implementação do programa nos bancos. Em 2006, foi conquistada medida provisória que estabeleceu



Sindicato contra a alta programada, procedimento do INSS que, sem submeter o segurado a novo exame pericial, define a data de seu retorno ao trabalho

a implementação do Nexo Técnico Epidemiológico, a partir do qual passou a ser pressuposta a ligação de determinadas doenças a certos tipos de trabalho, incluindo as LER/Dort.

Outra importante bandeira dos anos 2000 foi a luta contra a privatização do Seguro Acidente de Trabalho (SAT). No que se refere às ações voltadas a garantir que o trabalhador receba o tratamento ao qual tem



Em 2007, no Dia Internacional de Combate às LER/Dort, o Sindicato lançou a campanha 10 Minutos Pra Você, forma de conscientizar sobre a necessidade de descanso regular durante a jornada de trabalho

direito, o Sindicato atuou denunciando ao Conselho Regional de Medicina os médicos negligentes; exigiu a CAT quando a instituição financeira se negava ou dificultava o documento, o que afetava a estabilidade e os direitos do trabalhador; lutou pela humanização das perícias realizadas pelo INSS; e contribuiu para reverter inúmeros casos de demissão de bancários lesionados.

SAÚDE MENTAL E ASSÉDIO MORAL

O tema da saúde mental começou a adquirir mais relevância para a categoria bancária na segunda metade dos anos 1990. Identificava-se que a alta incidência de assaltos em agências bancárias era, além de uma questão de segurança, também um problema de saúde para a categoria, pois a violência sofrida poderia acarretar problemas psicológicos. No mesmo período, com o fim do processo inflacionário, a venda de serviços aos clientes foi transformada



A luta pela isonomia de direitos entre os bancários afastados por problemas de saúde e os trabalhadores da ativa é uma das principais reivindicações do Sindicato. Em 2012, foi conquistado o direito ao pagamento do salário ao afastado até que o mesmo receba o benefício do INSS



em uma importante tarefa dos bancários, parte da nova estratégia de gestão e obtenção de lucros pelas instituições financeiras. As denúncias com relação ao estabelecimento de metas abusivas de venda e produção se tornaram recorrentes, fator igualmente associado ao adoecimento psíquico dos trabalhadores. Desde as campanhas salariais do período, o Sindicato passou a reivindicar a redução dos fatores prejudiciais à saúde mental da categoria e a ampliação do apoio às vítimas de assaltos.

A partir dos anos 2000, identificou-se que o incentivo a esse tipo de pressão sobre os trabalhadores propiciava, ainda, a incidência do chamado assédio moral. O assédio moral ocorre quando o trabalhador é sujeito a situações constrangedoras e humilhantes durante a jornada de trabalho de forma repetitiva e prolongada, resultando no seu adoecimento físico e mental. O combate a tais práticas entrou fortemente na pauta de reivindicações da categoria. Nos anos seguintes, a atuação do Sindicato começou a repercutir no campo jurídico, e em 2005 foram obtidas as primeiras



A secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, Marta Soares (na foto menor), durante o lançamento, em 2012, da campanha Menos Metas, Mais Saúde, já realizada em 2010, contra as metas individuais e abusivas

indenizações motivadas por esse tipo de acusação.

Em 2006, o Sindicato intensificou a mobilização, realizando atos públicos, pesquisas, e elaborando materiais específicos sobre assédio moral. O esforço resultou em reconhecimento da existência do problema por parte da Fenaban, e conquista do Grupo de Prevenção Coletiva de Conflitos no Ambiente de Trabalho, comissão paritária para discussão do tema. No ano seguinte, a entidade denunciou que, apesar da conquista, os debates não avançaram, e o assédio moral seguiu sendo utilizado como forma de pressionar o trabalhador. Nesse contexto, o Sindicato promoveu a realização dos Grupos de Enfrentamento do Desgaste Mental no Trabalho Bancário ou Encontros de Saúde dos Bancários, realizados por meio de parceria



Em 2006, ano em que o Bradesco patrocinou a vinda da companhia circense canadense Cirque du Soleil ao Brasil, o Sindicato lança a paródica campanha Circo de Só LER, que denuncia o descaso do banco com a saúde de seus funcionários

entre a Secretaria de Saúde do Sindicato e o Núcleo de Estudos em Saúde do Trabalhador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em maio de 2009, o Sindicato lançou a campanha Saia do Isolamento, com o objetivo de estimular as denúncias dos casos de assédio moral, a fim de

cobrar a solução de problemas pelas instituições financeiras, e tomar medidas judiciais caso não houvessem respostas satisfatórias. Em abril de 2010, como parte da mobilização pelo Dia Mundial da Saúde, o Sindicato lançou nova campanha, Menos Metas, Mais Saúde, com publicações sobre o tema, palestras e atos públicos. Dado o sucesso e a importância da campanha, ela foi lançada nacionalmente pela Contraf/CUT no mesmo ano.

O SINDICATO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Como resultado dessa mobilização, foi conquistada, na Convenção Coletiva, a cláusula sobre Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho, relacionada aos casos de assédio moral. A partir desse momento, o Sindicato iniciou a luta para que os bancos adotassem as medidas de prevenção e combate, como a abertura de canais de comunicação para receber denúncias e encaminhar as devidas providências. Em 2011, após anos de luta, foi assinado o acordo que estabeleceu o Programa de Combate ao Assédio Moral nos Bancos, a partir do qual a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) assumiu o compromisso de realizar avaliações semestrais sobre o problema, além de medidas para conter os atos de assédio moral. Também



Em bem-humorada passeata, Sindicato aborda o alto índice de uso de remédios "tarja preta" na categoria. Em 2011, como em campanhas salariais anteriores, o tema da saúde ocupou lugar de destaque



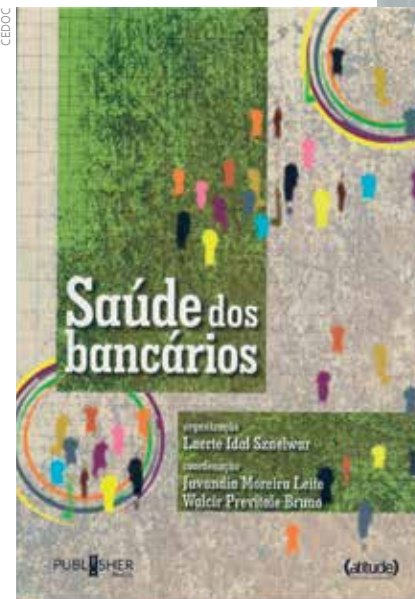
Cartazes de campanhas contra o assédio moral

em 2011, foi garantida a proibição de publicação dos rankings de performance de metas.

No ano seguinte, o Sindicato relançou a campanha Menos Metas, Mais Saúde, dando continuidade à mobilização pelo fim das pressões psicológicas sofridas pelos bancários, constituindo, portanto, uma luta bastante atual.

A atuação sindical tem inserido a categoria em contextos mais amplos de luta, fortalecendo a organização da sociedade civil, nacional e internacionalmente, em torno dos temas da saúde do trabalhador e da saúde em geral. Desde o início da década de 1990, participa e se mobiliza para o Dia Mundial de Combate à AIDS, em 1º de dezembro. No Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, o

Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato, discursa em evento promovido pela entidade. O seminário contou com a presença de Christophe Dejourns (de óculos), renomado estudioso francês das relações entre saúde mental e trabalho



Sindicato participa de atos públicos, realiza seminários, distribui material informativo e amplia o espaço de discussão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o INSS.

Entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, o Sindicato contratou ampla pesquisa sobre o impacto da organização e do ambiente de trabalho na saúde física e mental da categoria. Os dados sobre estresse e fadiga constantes, sintomas apontados por cerca de metade dos entrevistados, indicam a importância da questão. Em 2011, foi realizado o Seminário Internacional Saúde dos Bancários, e lançado o livro *Saúde dos Bancários*, reunindo especialistas sobre o tema, num evidente esforço



Ato em 2005, na Avenida Paulista, marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho

do Sindicato de produzir ferramentas para a negociação com as instituições financeiras por melhores condições de trabalho para a categoria, e ainda de contribuir com a luta dos trabalhadores em contexto mais amplo.

Fazem parte do calendário de mobilizações do Sindicato, na área

da saúde, o Dia Mundial da Saúde Mental, existente desde 1992 e celebrado em 10 de outubro; o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho, 28 de abril, instituído em 2003; o Dia Internacional de Conscientização sobre as LER/Dort, celebrado em 28 de fevereiro desde 2000. ■

RECONHECENDO A DIVERSIDADE: A LUTA POR IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A luta por igualdade de oportunidades e contra qualquer forma de discriminação é pauta antiga do Sindicato, mas ganhou especial relevância nos últimos 20 anos. Nesse período, pesquisas realizadas pelo Dieese e pela Secretaria de Estudos Socioeconômicos do Sindicato apontaram grandes disparidades com relação às oportunidades de acesso e rendimentos na categoria bancária, conforme critérios de gênero e raça. De forma pioneira no movimento sindical, os bancários vêm reivindicando, junto às entidades patronais, medidas concretas para combater tais desigualdades. Ao mesmo tempo, promovem diversas campanhas específicas relativas ao tema igualdade de oportunidades. Merece destaque, nesse contexto, a criação, ainda nos anos 1990, do Coletivo de Gênero do Sindicato e da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual – CGROS da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT). Nos últimos anos, agregaram-se, com destaque, as reivindicações das pessoas com deficiência.

Mais recentemente, a pressão do Sindicato resultou em compromisso, assumido pela Fenaban, de realização da nova edição do *Mapa da Diversidade*. A pesquisa, feita originalmente em 2008, consistiu na elaboração de um censo do setor. No ano seguinte, os sindicatos da categoria



Em mesa específica sobre igualdade de oportunidades, representantes da categoria negociam com a Fenaban



Em 2001, cartilha orienta a categoria sobre assédio sexual no trabalho

No início da década de 2000, estudo expôs a discriminação e exclusão de mulheres e negros nas instituições financeiras



organizaram o Dia Nacional de Luta pela Igualdade de Oportunidades nos bancos, que contou com manifestações em diversos estados, incluindo ato organizado pelo Sindicato em São Paulo. Nesse contexto, foi lançado o Programa de Valorização da Diversidade, cujos primeiros resultados foram apresentados pela Fenaban em 2011, mas considerados insatisfatórios pelo Sindicato. Assim, a luta por ações mais eficazes de promoção da igualdade continua sendo pauta

Em 2002, cartilha denuncia os perversos efeitos da dupla jornada de trabalho imposta às mulheres



A igualdade de oportunidades é prioridade na atuação do Sindicato. Acima, cartilha produzida no ano 2000

atual e, em 2012, a campanha salarial conquistou a realização de novo censo da categoria por parte da Fenaban. O planejamento, preparação e sensibilização dos trabalhadores para aplicação da pesquisa serão feitos a partir de 2013 e o resultado deve ser divulgado no início de 2014 ■

IGUALDADE DE GÊNERO

O processo de feminização da categoria fez com que as desigualdades de gênero se tornassem ainda mais evidentes, caracterizadas principalmente pela baixa remuneração, relacionada à dificuldade de ascensão das mulheres nas instituições financeiras.

Desde o início dos anos 1990, o Sindicato tem uma participação ativa nas mobilizações em torno do Dia Internacional da Mulher. As campanhas do período pautavam a não discriminação das mulheres no ambiente de trabalho, direitos com relação à estabilidade e às licenças maternidade e paternidade; proibição de qualquer controle sobre a natalidade; proteção contra o assédio sexual; e manutenção de direitos durante a licença-maternidade, como auxílio-alimentação, auxílio-creche, entre outros.

Para ampliar a participação política das mulheres no Sindicato, foi lançada em 1998 campanha específica de sindicalização para as bancárias. Em 1999 houve intensa mobilização sindical contra medidas que representavam retrocessos em relação aos direitos das mulheres na ocasião da licença-maternidade, como limite de pagamentos e modificações na forma de recebimento do salário, que geravam inúmeros transtornos à gestante, à mãe e à criança. O Sindicato participou ativamente dessa luta em nível nacional, contribuindo com o debate que resultou em ação de inconstitucionalidade aceita pelo



Após longa luta, em 2010 a licença-maternidade de seis meses tornou-se cláusula na CCT da categoria. Agora, a luta é para ampliar a licença-paternidade

Supremo Tribunal Federal (STF) no que se refere ao limite de pagamento do salário maternidade. Assim, após negociação com a Fenaban, foi restabelecido o formato de pagamento mais adequado às trabalhadoras.

O ano 2000 contou com um marco na história da organização das trabalhadoras nos bancos. Pela primeira vez, o tema entrou como eixo de luta durante a campanha salarial, o que apontava para sua relevância diante dos desafios colocados no período, em tempos em que as questões econômicas ofuscavam outras demandas. Nesse quadro, surge a primeira cláusula relativa à igualdade de oportunidades na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que estabeleceu a composição de um espaço bipartite para tratar do tema, situação inédita no Brasil segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).



O Sindicato esteve envolvido, também, em lutas de caráter mais amplo, que extrapolaram o mundo do trabalho. Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, 25 de novembro, que entrou para o calendário de mobilizações do Sindicato. No ano 2000, foi realizada a primeira Marcha Mundial das Mulheres. O evento fez parte da mobilização internacional pelos direitos das mulheres, na qual o Sindicato tem importante participação. Nesse período, foram realizadas diversas campanhas educativas direcionadas à categoria bancária, entre as quais podemos citar: Igualdade de Oportunidades, Assédio Sexual e

Jailton Garcia/CEDOC



■ Na segunda metade dos anos 1990, o Sindicato criou seu coletivo de gênero e lançou campanha específica de sindicalização para as bancárias

Relações Compartilhadas. A realização da campanha de prevenção e combate ao assédio sexual ajudou a impulsionar a aprovação de Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, inédita no Brasil sobre o tema.

As bancárias de São Paulo participaram ao longo dos últimos anos de diversos encontros, seminários e cursos, em nível local e internacional, espaços de fortalecimento da organização dos trabalhadores pela igualdade de gênero.

Em 2009, as mulheres obtiveram importante conquista: a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, que passou a figurar como cláusula na CCT da categoria. Porém, como o direito era facultativo aos empregadores, a luta se intensificou no ano seguinte para torná-lo obrigatório aos bancos. A conquista foi selada logo nos primeiros meses de 2010. A boa notícia veio logo após o Bloco dos Bancários sair às ruas durante o carnaval, para cobrar por meio da "folia engajada", o respeito ao direito previsto na CCT. Desde então, a licença de 180 dias tornou-se realidade na categoria.

Em 2010, o Sindicato e a Fetec/CUT-SP tiveram importante participação na mobilização social reivindicando que o Congresso Nacional ratificasse a

■ Primeira presidenta, Juvandia comemora no Bloco dos Bancários os 90 anos do Sindicato, em fevereiro de 2013



Gerardo Lazare/CEDOC

Convenção 156 da OIT sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores. A "156" define que todo país-membro da OIT deve implementar políticas com vistas a evitar a discriminação de trabalhadores, homens e mulheres, que tenham responsabilidades familiares, como o cuidado com os filhos, por exemplo.

Na vanguarda do movimento pela igualdade, a categoria bancária joga peso na conquista de um novo direito que atinja de fato as expectativas no que se refere às relações compartilhadas entre homens e mulheres no espaço privado, abrangendo a casa e o cuidado com os filhos. Assim, ganha força a proposta de licença-paternidade, ou licença-parental, de seis meses para o bancário, após o retorno da mãe.

A atuação do Sindicato contra a discriminação de homossexuais também permeou todo o período. Em 2005 e 2006, alguns bancos passaram a permitir a inclusão de parceiros do mesmo sexo em planos de saúde, luta antiga do Sindicato. Mas foi em 2009 que a extensão do direito de casais homoafetivos incluírem

A primeira presidenta do Sindicato

O ano de 2010 se destacou por uma importante e histórica conquista das mulheres na organização sindical. No mesmo ano em que o Dia Internacional da Mulher completava 100 anos e o Brasil elegeu Dilma Rousseff para comandar o país, o Sindicato passou a ter sua primeira presidenta, resultado das mudanças que vêm sendo gestadas no interior do movimento sindical nas últimas décadas, e na sociedade como um todo.

A bancária Juvandia Moreira, mulher e migrante nordestina, como tantas da categoria e da classe trabalhadora em São Paulo, chegou à cidade em 1990 e dois anos depois começou a trabalhar no Bradesco. Desde 1997 integra a diretoria do Sindicato. Com experiência de 13 anos de luta sindical, em 2010 foi empossada presidenta do Sindicato, completando o mandato de Luiz Cláudio Marcolino, que se licenciou para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo. No ano seguinte, Juvandia foi eleita presidenta com mais de 80% votos dos bancários. ■

parceiros como dependentes nos planos de saúde entrou para a Convenção Coletiva. O Sindicato passou a integrar a mobilização do Dia Internacional contra a Homofobia. Em 2011, a entidade recebeu o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade na categoria Trabalho, iniciativa da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT). ■

IGUALDADE RACIAL

A discriminação racial nas instituições financeiras é ainda mais evidente do que a desigualdade de gênero. Estudos como *Os Rostos dos Bancários* (2001) e o *Mapa da Diversidade* (2008), mostraram a reduzida quantidade de negros e pardos na categoria (leia mais na pág. 44). A luta sindical, neste caso, é pela inclusão dessa parcela da população nos quadros de profissionais das instituições financeiras.

Nos últimos 20 anos, o Sindicato participou e apoiou a mobilização de movimentos sociais pela igualdade racial, promovendo ações e protestos nas datas representativas dessa luta. Desde o início da década de 1990, atua nas manifestações de maio e novembro, relativas ao Dia da Abolição, 13 de maio, e ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Além de participar de atos públicos, o Sindicato promove debates e palestras, exposições e feiras culturais, visando à valorização da cultura afro-brasileira e a construção de políticas afirmativas. Os casos de discriminação racial, tanto no atendimento aos clientes quanto no tratamento dispensado aos funcionários, também têm sido alvo de denúncias frequentes.

Em 1995, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares – Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, evento nacional realizado pelas organizações do movimento negro, para marcar os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. No final da década de 1990, a CUT lançou a cartilha *Outros*

■ Em um dos seus muitos protestos pela igualdade racial, Sindicato promove cortejo afro em 2012

Maurício Morais/CEDOC



■ Walter Barelli, ex-ministro do Trabalho e ex-diretor do Dieese, discursa em evento no Sindicato

500, em oposição às comemorações oficiais relativas aos 500 anos de "descobrimiento do Brasil". O Sindicato foi atuante em todos esses eventos, contribuindo com sua organização e difusão.

Nos anos 2000, avançou a mobilização social por políticas afirmativas. Em 2005, ocorreu a Marcha Zumbi +10, organizada por entidades do movimento negro com apoio do Sindicato, que também participou da mobilização pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Lei 73/99, a partir dos quais seriam debatidas e promovidas ações afirmativas para negros e indígenas, como as cotas nas universidades públicas. Após sete anos de luta, o Estatuto foi aprovado em 2010.

Mais recentemente, o Sindicato passou a integrar a Marcha Noturna Pela Democracia Racial, protesto realizado na madrugada do dia 12 para 13 de maio. Nesse período, os resultados do *Mapa da Diversidade* apontaram que pouco se tinha caminhado no sentido de efetiva inserção de negros e negras na categoria.

Em 2011, o Sindicato participou do I Fórum Nacional da Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, coordenado pela Contraf/CUT, em Salvador. A entidade participa desde o ano 2000 de todos os cortejos raciais que saem da sede do Sindicato e terminam com ato ecumênico na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. ■

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O início dos anos 1990 é definido por uma importante vitória dos movimentos sociais no que se refere à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em 1991, foi criada a Lei 8.213, que reservava cotas que variavam de 2% (para empresas com mais de 100 e até 200 empregados) a 5% (acima de 1.001 empregados) para a contratação de pessoas com deficiência.

O descumprimento da Lei 8.213 é flagrante nos bancos, como comprovou o próprio *Mapa da Diversidade* sistematizado pela Fenaban. Instituições financeiras computam bancários lesionados como pessoas com deficiência, distorcendo os números de contratação para se adequarem às exigências da Lei de Cotas. O Sindicato denuncia a situação, esclarecendo que o trabalhador lesionado adoece em razão de más condições de trabalho, e que, portanto, sua contratação não pode ser considerada como ação de inclusão social de pessoas com deficiência.

A reivindicação pelo cumprimento da Lei de Cotas segue em destaque na luta do Sindicato. Em 2007, foi realizado pela entidade encontro que reuniu bancários com deficiência e contou com a participação de representante do Ministério do Trabalho para discutir o tema. O encontro evidenciou que, mesmo as instituições que cumprem a



Além de atuar em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, o Sindicato vem adaptando seus espaços para ampliar a participação desses trabalhadores



Alunos participam, em 2008, de curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) oferecido pelo Sindicato

cota para contratação de pessoas com deficiência, não oferecem condições adequadas para esses trabalhadores. Em 2009, o Sindicato participou do primeiro Encontro Nacional de Bancárias e Bancários com Deficiência organizado pela Contraf/CUT, para discutir as ações do movimento sindical no setor, as formas de organização dos trabalhadores com deficiência e o Programa Febraban de Capacitação

Profissional e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Setor Bancário.

Em 2010 o Sindicato aderiu à Campanha Nacional de Acessibilidade, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e lançou a *Folha Bancária* em braille, que permite a comunicação da entidade com bancários que apresentam pouca ou nenhuma capacidade visual. ■

OUTRO BANCO É POSSÍVEL: LUTAS DO PRESENTE E DO FUTURO

Um conjunto de reivindicações, novas e antigas, que podem alterar profundamente o cotidiano de trabalho da categoria, tem se destacado na agenda sindical e se colocado como importante desafio para os próximos anos.

A luta por mais contratações, pela garantia de emprego, pelo combate às metas abusivas, pelo fim da precarização causada pelas terceirizações, presente na atuação do Sindicato desde os anos 1990, permanece no centro das preocupações da entidade. Na última década, houve significativas conquistas em relação a alguns temas, que ganharam mais espaço nas discussões, como a igualdade de oportunidades. Mas ainda é necessário avançar em importantes terrenos, como a equiparação da remuneração entre homens e mulheres que executam uma mesma função e o aumento da presença de negros e pessoas com deficiência na categoria.

Outro ponto crucial na agenda do Sindicato é a saúde dos trabalhadores. Por um lado, os bancos devem garantir todos os direitos aos que se adoentam. Por outro, devem eliminar os fatores que têm impacto negativo sobre a saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, o combate ao assédio moral, associado ao adoecimento psíquico da categoria, tem obtido vitórias, mas há muito que fazer. O Sindicato não tem dúvida de que melhores condições de trabalho serão estabelecidas somente quando os bancários puderem intervir propositivamente na gestão das instituições financeiras. Assim, temas



como a contratação coletiva da remuneração total e os planos de cargos, carreiras e salários permanecem prioridades.

O "banco do futuro", mais do que consolidar sua imagem a partir dos sofisticados aparatos tecnológicos disponíveis, deve atender às necessidades do país e não somente a de um grupo. A segregação dos clientes mais pobres e sua transferência para atendimento nos correspondentes bancários deve ser combatida. As instituições financeiras devem proporcionar atendimento digno e de qualidade para toda a população brasileira. Promover a inclusão bancária

é ainda uma dívida a ser quitada pelos bancos, e isso tem de passar pela melhoria do atendimento e pela premissa do rebaixamento das taxas de juros e dos *spreads* bancários, uma das vias que levará ao caminho do crescimento econômico e, conseqüentemente, social.

Resultantes da constante interação do Sindicato com o dia a dia da categoria, as demandas apontadas baseiam-se em duas certezas. A primeira é de que um "outro banco", que reconheça o justo valor dos bancários e de seu trabalho, é possível. A outra é de que isso só se viabilizará com a luta dos trabalhadores. ■